

LUCIANA SERENESKI DE LIMA

“DIZ QUE É BOM...”:

**AS PLANTAS NA VIDA DAS COMUNIDADES DE BARRANCOS E MACIEL
(PONTAL DO PARANÁ – PARANÁ)**

PONTAL DO PARANÁ

2006

LUCIANA SERENESKI DE LIMA

“DIZ QUE É BOM...”:

**AS PLANTAS NA VIDA DAS COMUNIDADES DE BARRANCOS E MACIEL
(PONTAL DO PARANÁ – PARANÁ)**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Graduação em Oceanografia - Habilitação em Gestão Ambiental Costeira, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

**Orientador: Dr. Paulo da Cunha Lana
Co-Orientador: Msc. André Essenfelder Borges**

PONTAL DO PARANÁ

2006

*Ao "Johnny"
pelo salvamento*

*Aos Silfos e aos Deuses
pela inspiração*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas mais importantes da minha vida, que sempre estiveram ao meu lado, me escutando, me ajudando e me mostrando o norte. Obrigado pai e mãe pela força e incentivos, e principalmente por terem acreditado em mim. Obrigado Caro, pelas risadas e pelas brigas, sempre necessárias ao auto-conhecimento. Obrigado Pedro pelo amor e carinho, por ter me colocado no eixo quando necessário. Obrigado Bia e José por mostrar o caminho e ensinar que é a dignidade e a atitude o que realmente importa.

Agradeço aos meus orientadores. Ao Paulo, que para mim não é apenas um orientador é um amigo, obrigado pela ajuda, pelos puxões necessários de orelha e por ter me ensinado a usar vírgulas. Ao André pelas longas conversas, pelas idéias, pelo entusiasmo e por ter me apresentado e desvendado a antropologia. Obrigado pelas “desequilibrações” que me levaram a um novo patamar de entendimento.

Agradeço a todo o pessoal do Bentos, aos seres bênticos, pelo apoio, pelas risadas, por me agüentarem nos dias de loucura e por escutarem todas as longas e inúmeras histórias que contei durante o longo período de transcrição das entrevistas. Agradeço de todo coração o apoio de vocês, mesmo que muitas vezes nem tenham percebido o quanto me ajudaram. Cinthya, Leos (Morrisy e Sandrini), Garrafa, Tice, Verônica, Maikon, Fernando e Daniel, muito obrigado, vocês foram essenciais para a manutenção da minha sanidade mental durante todo este tempo.

Agradeço às comunidades do Maciel e Barrancos, pela hospitalidade. Em especial à D. Jorva e S. Jair pelos inúmeros cafés, pela horas de conversa e principalmente pelos conselhos para o futuro. Aprendi muitas coisas com vocês, levarei suas palavras sempre comigo. Obrigado pelo exemplo de vida.

Agradeço à Marília Borgo por ter me ajudado na identificação das plantas.

Agradeço ao Abraão e Vivi: apenas por meio de suas amizades esta pesquisa pode se concretizar.

Agradeço ao Roney e Zezé que me levaram tantas vezes ao Maciel. Ao Kássio e Maurício Camargo por aquela carona.

Obrigada aos amigos, que contribuíram para que eu fosse quem sou, me ajudaram a olhar meus defeitos, me ajudaram nos momentos difíceis e me proporcionaram muitos momentos de felicidade. Por ordem alfabética: André, Ale,

Cássio, Ita, Jé, Juzinha, Kazinha, Li, Marcela, Marcelo, Paula e Tami: muito obrigado pela amizade e principalmente pelas risadas!!

Com certeza devo estar esquecendo alguém, porque é claro que eu deixei tudo pra última hora. A todos que não foram citados: desculpa e obrigado.

*Faça o que tem que fazer
e deixe os outros discutirem se é certo ou não.*

Calvin e Haroldo by Bill Waterson

*Uma hora perdida é uma hora perdida, e quando não
se tem um rumo definido é muito fácil perder horas,
dias ou anos, sem se dar conta disso (...) Nada de
sacrifícios extremos ou esforços impossíveis. Nada de
grandes sofrimentos. Ao contrário, bastava apenas o
simples, minúsculo e indolor esforço de decidir. E ir
em frente. Então tudo se tornava mais fácil.*

Amir Klink, Cem dias entre céu e mar

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	ix
PREFÁCIO	x
1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	4
3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E JUSTIFICATIVA	5
4 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E AS COMUNIDADES ESTUDADAS	8
4.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE.....	11
4.2 O USO DAS PLANTAS PELOS CAIÇARAS PARANAENSES.....	14
5 A METODOLOGIA	18
6 AS TRANSFORMAÇÕES NAS COMUNIDADES	23
6.1 O ISOLAMENTO GEOGRÁFICO.....	23
6.2 AS FORMAS DE SUBSISTÊNCIA.....	26
6.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	35
7 AS PLANTAS NA VIDA DAS COMUNIDADES	42
7.1 O USO DAS PLANTAS.....	42
7.2 O MANEJO E CONHECIMENTO ECOLÓGICO.....	64
7.3 O SIGNIFICADO DAS PLANTAS.....	70
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXO 1	83
ANEXO 2	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formas de acesso dos moradores de Barrancos à Paranaguá ao longo do tempo.....	25
Tabela 2: Formas de subsistência da comunidade de Barrancos ao longo do tempo.....	33
Tabela 3: Formas de subsistência da comunidade do Maciel ao longo do tempo.....	34
Tabela 4: O uso das plantas em Barrancos.....	43
Tabela 5: Plantas citadas em Barrancos.....	43
Tabela 6: O uso das plantas no Maciel.....	49
Tabela 7: Plantas citadas no Maciel.....	49

RESUMO

As restrições de acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados têm sido impostas às comunidades caiçaras sem estudos prévios. Neste contexto, o principal objetivo deste trabalho foi saber o quanto as comunidades de Barrancos e Maciel conhecem e dependem dos recursos da Mata Atlântica para sua subsistência e para a reprodução de seu modo de vida. A hipótese inicial do trabalho era que o conhecimento tem forte relação com a dependência das plantas na subsistência, o que por sua vez depende do isolamento geográfico. Para obtenção das informações foi utilizada a observação participativa, entrevistas abertas e semi-estruturadas, principalmente com os membros mais velhos das comunidades. A maioria das plantas citadas foram coletadas e identificadas. Estas informações foram organizadas e posteriormente analisadas considerando as diferenças nas formas de classificar e entender o mundo. Registros orais da história das comunidades foram recuperados, o que pode ajudar a entender a organização social atual. Quanto ao isolamento, Barrancos passou de um extremo ao outro, de área muito isolada (antes de 1926) a área justaposta a centros balneários, já o isolamento do Maciel permaneceu relativamente constante. As formas de subsistência de ambas as comunidades acompanharam as mudanças ocorridas no Litoral do Paraná: com decadência da agricultura, ascensão da pesca com sua posterior decadência e ascensão do setor de serviços. As plantas que antes eram imprescindíveis na subsistência atualmente são dispensáveis. As mudanças no modo de vida ainda estão em curso e são marcadas pelo forte conflito de gerações. Algumas diferenças entre as duas comunidades foram observadas, principalmente nas formas como se dá a relação entre os seus membros. Em Barrancos foi observada uma maior coesão social, o que pode estar ligado à necessidade histórica de manter boas relações para que a comunidade pudesse se reproduzir, nos sentidos biológico e social. Já no Maciel, o comércio com Paranaguá era mais regular e uma competição entre os moradores pode ter sido criada. Quanto ao uso, as plantas mais citadas foram aquelas para fins alimentares e o medicinais. Estas citações pareceram referir-se ao conhecimento de um uso potencial daquelas plantas. O grau de uso de fato não pôde ser precisado. A relação simbólica com a paisagem composta pelas plantas mostrou-se muito forte entre os interlocutores e pareceu manter-se entre seus filhos. Também foi observada uma diminuição progressiva no uso das plantas atribuída em parte à menor dependência, que por sua vez está ligada ao isolamento. Aqui o conflito de gerações também evidencia a situação. Segundo os mais velhos, os mais novos *“não são chegado nessas coisa”* de plantar para *“não sujar a unha”*. Assim, as plantas além de não mais utilizadas, também deixam de ser cultivadas. Este novo senso comum é fator essencial para a modificação na relação com as plantas, todavia pouco depende do isolamento geográfico. Desta maneira, a hipótese inicial do trabalho não foi refutada na medida em que o conhecimento a respeito dos possíveis usos das plantas não mais é transmitido por não ser mais necessário. Apesar disso, apenas o isolamento geográfico não explica a dependência. A conjuntura e os ciclos econômicos, as representações coletivas, a organização social e a religião também se mostraram fatores importantes para explicar os estados de maior ou menor dependência material e não-material dos recursos vegetais.

PREFÁCIO

Desde que iniciei este trabalho até hoje, 15 de novembro, quando finalizo a versão final, muitas mudanças ocorreram em minha maneira de pensar. Isto transparece em uma questão central deste trabalho: a hipótese. Inicialmente, quando o projeto foi proposto, a hipótese original veio para nortear a pesquisa. Após a primeira fase do trabalho e de campo, minha visão começou a mudar. O contato com as comunidades me trouxe a percepção que a relação entre eu e eles e entre eles e as plantas é muito complexa. Além disso, o aprofundamento em leituras do campo das ciências humanas me trouxe a indicação de novos caminhos, com novas respostas. Minha visão da relação das comunidades com as plantas passa pela minha percepção de mundo, por como os meus interlocutores me perceberam e lidaram com a minha presença. Ainda mais, ao pensar sobre meu envolvimento na pesquisa, vi que além de movida pelo desejo de entender a relação deles com as plantas, também estava pesquisando algo dentro de mim: a minha relação com as plantas.

Foi neste espírito que se deu a segunda fase da pesquisa. Fui a campo com mais cuidado, monitorando, na medida do possível, as minhas interferências na pesquisa. Fui mais aberta, com os sentidos aguçados para perceber as sutilezas na fala, nos gestos, nos comentários, nas histórias, nas piadas, enfim, nas situações em geral. Fui e joguei com o acaso, que muito me ajudou nesta pesquisa.

Entendo que a realidade pode ser entendida como um texto. Cada qual, ao ler, percebe de uma maneira. O que está nas entrelinhas é lido por cada pessoa de maneira particular. Assim, existem várias formas de ler ou entender a realidade que dependem necessariamente da visão de mundo de cada um em particular. Se existem várias formas de perceber a realidade, então várias verdades são possíveis (BARCELOS, 2005). Estas verdades têm seu tempo e seu espaço, e neles devem estar contextualizadas. Neste sentido, a qualidade de um trabalho não está em o quanto ele chega próximo à verdade, e sim em seu potencial para gerar uma mudança social, na maneira de pensar e agir (HART, 2005).

Por isso, não atendi todas as expectativas postas a uma cientista racionalista. Não consegui ater-me em responder a hipótese, que nesta altura já não nortearia mais minha pesquisa. Descobri-me pós-moderna!

Portanto, este trabalho traz apenas *uma* visão das comunidades, de sua história e de sua relação com as plantas. *Uma* verdade. Só peço ao leitor que entre neste espírito ao ler o trabalho.

Luciana Sereneski de Lima

1 INTRODUÇÃO

A zona costeira é um espaço complexo por sua posição de interface entre a terra e o mar e pelos conflitos de conservação e desenvolvimento que aí se desenrolam. Estas características peculiares acarretam uma necessidade crescente de iniciativas de gestão, que devem levar em conta os diferentes ambientes, recursos e atividades ali encontrados (UNESCO, 2000).

A zona costeira brasileira é vegetada originalmente pela Floresta Ombrófila Densa e por restingas e manguezais, ecossistemas que integram legalmente o domínio chamado de Mata Atlântica¹. Por possuir uma diversidade específica em média mais alta do que a maioria das florestas amazônicas (ADAMS, 2000), a Mata Atlântica é uma área prioritária para a conservação da biodiversidade em todo o mundo, sendo considerada um *hotspot* (PAGLIA *et al.*, 2002). A Constituição Brasileira de 1988 (Cap. VI, art. 225, §4º) protege este ecossistema, e a zona costeira como um todo, quando os considera patrimônio nacional. O Decreto n. 750 de 1993 proíbe o corte, a exploração e a supressão da Mata Atlântica. Seus recursos podem ser explorados excepcionalmente para fins de utilidade pública ou interesse social mediante autorização dos órgãos ambientais competentes e aprovação de relatório de impacto ambiental.

A zona costeira abriga cerca de 70% da população brasileira e os maiores centros urbanos e pólos industriais do Brasil (PAGLIA *et al.*, 2002). A Mata Atlântica subsidiou a maior parte das atividades econômicas do Brasil desde a sua colonização, primeiramente provendo pau-brasil e depois cedendo lugar à agricultura canavieira, café e demais ciclos econômicos (DIEGUES e VIANNA, 1995; MANTOVANI, 2000). No final da década de 60, iniciou-se um aumento expressivo do povoamento na zona litorânea, que se consolidou nos anos 1970, tornando-a área alvo da expansão urbana, notadamente para fins de lazer. Também a alocação de grandes projetos industriais, associados a atividades portuárias, explica o rápido dinamismo de ocupação da zona costeira (MORAES, 1995).

¹ Segundo o artigo 3º do Decreto nº 750 de 10.02.1993, "(...) considera-se Mata Atlântica as formações florestais e ecossistemas associados inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE 1988: Floresta Ombrófila Densa Atlântica, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste."

De um lado a legislação ambiental pressiona para que a Mata Atlântica seja conservada. Por outro, existem interesses econômicos, principalmente dos setores imobiliário e turístico, que pressionam para a ocupação intensa e urbanização dos municípios costeiros. No meio desse conflito estão as comunidades caiçaras², que habitam a costa sul/sudeste brasileira e se relacionam com a Mata Atlântica há pelo menos dois séculos. Neste contexto, é comum que os caiçaras abdicuem de seu espaço e dêem lugar à expansão urbana, ou então que o uso, muitas vezes secular, dos recursos da Mata Atlântica seja descontinuado ou mesmo extinto.

O litoral paranaense e, particularmente, o município de Pontal de Paraná estão nesta interface entre a urbanização desordenada e a preservação. Ao mesmo tempo em que abrigam os trechos de Mata Atlântica mais preservados do Brasil, considerados como Reserva da Biosfera pela Unesco, a população local dobrou nos últimos 30 anos, e vem apresentando taxas médias de crescimento anual acima daquelas observadas para o estado (6,45% a.a entre 1991 e 2000 para Pontal do Paraná, 5,05% e 4,81% acima das taxas para o Paraná e Brasil, respectivamente) (IBGE, s.d; ESTADES, 2003). Segundo KOEHLER *et al.* (2005), a área urbanizada de Pontal do Paraná cresceu aproximadamente 27% entre 1994 e 2002 e a área vegetada do município passou de cerca de 90% para 88% neste período.

Há duas tendências extremas em relação a cenários futuros: ou o processo de urbanização continuará em ritmo acelerado e acabará por ocupar as áreas que hoje comportam Mata Atlântica; ou as leis vigentes serão aplicadas e a cobertura vegetal será protegida. Em ambos os casos, a presença de comunidades tradicionais ou neo-tradicionais³, ditas caiçaras, tende a ser desconsiderada. Eles

² O território caiçara é considerado por DIEGUES (2004) como o espaço litorâneo entre o sul do Rio de Janeiro e o Paraná. Esta definição é amplamente aceita pelos profissionais que trabalham com estas comunidades, porém, os pescadores do litoral centro-sul do Paraná não se autodenominam caiçaras, inclusive, muitas vezes não entendem o que caiçara significa, como verificado por POLINARI (1998) e observado neste trabalho. Esta é a mesma situação descrita por SETTI (1985), em que o habitante de Ubatuba se percebe como caiçara na medida em que admite ser assim designado, mas não se autodefine como tal. Decidiu-se por utilizar o termo caiçara para denominar as comunidades estudadas, pois além de haver semelhanças no modo de vida, na história de ocupação e composição étnica destas comunidades com aquelas de SP e RJ, a utilização de determinada denominação deve levar em conta o “jogo de linguagem” das instituições que compõe o público-alvo de cada trabalho (POLINARI, 1998).

³ Alpina Begossi prefere a utilização deste termo, que segundo ela (1998) define aquelas populações com conhecimento tradicional e um corpo de novos conhecimentos vindos de fora da população. Todas as populações têm novas variantes de conhecimento entrando, mas há diferenças ou, melhor, um gradiente entre a proporção do que é velho e novo. Essas populações têm limites culturais flexíveis que podem diminuir sua inércia cultural. O ponto chave é a manutenção dessa variabilidade

perdem o acesso aos recursos naturais de que dispunham, muitas vezes essenciais ou relevantes para sua subsistência e reprodução de seu modo de vida. É importante lembrar que o Artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988 considera como patrimônio cultural nacional o modo de vida de comunidades locais e delega ao poder público a função de *garantir* a sua promoção e preservação.

As profundas transformações das práticas materiais e das dinâmicas sociais têm sido muito evidentes nas comunidades pesqueiras dos municípios litorâneos do Paraná, como descrito por ANDRIGUETTO FILHO (1999) no caso particular dos sistemas técnicos de pesca. Apesar disto, diversas comunidades no entorno ou proximidades da Baía de Paranaguá, como as de Maciel e Barrancos, ainda se mantêm em seu espaço original, provavelmente devido ao seu relativo isolamento histórico e geográfico, só quebrado nas últimas décadas.

As restrições de acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados têm sido impostas a estas comunidades sem estudos prévios e sem levar em consideração o grau de dependência e o conhecimento que elas mantêm e detêm em relação ao espaço que habitam há séculos. Neste contexto, é necessário saber se as práticas materiais e as representações sociais destas populações caiçaras ainda são mantidas, como pré-requisito para tornar mais realistas e funcionais quaisquer tentativas de gestão ambiental da Mata Atlântica e áreas associadas.

2 OBJETIVOS

Frente à problemática apresentada, este trabalho busca avaliar o quanto as comunidades caiçaras de Barrancos e Maciel conhecem e em que grau dependem dos recursos da Mata Atlântica para sua subsistência e para a reprodução de seu modo de vida. Tais informações podem ser instrumentais para aumentar o grau de participação destas comunidades nos processos de gestão dos espaços que habitam.

A hipótese a ser testada é que o conhecimento tradicional a respeito das plantas varia de comunidade para comunidade em função, em parte, do grau de dependência que estas mantêm com as formas de vegetação costeiras (manguezais, marismas, restinga e mata de restinga) como fontes de recurso. Este grau de dependência estaria, por sua vez, vinculado ao isolamento geográfico atual e pretérito. Portanto, espera-se que a comunidade de Barrancos que permaneceu histórica e geograficamente mais isolada de Paranaguá e outros centros urbanos detenha um maior conhecimento sobre as plantas do que a comunidade do Maciel.

Partindo destas idéias iniciais, os objetivos específicos são:

- identificar quais plantas são utilizadas pelas comunidades, resgatando seus nomes populares e os correspondentes binômios científicos;
- identificar como as plantas são utilizadas pelas comunidades, procurando saber quais são seus fins (medicinal, alimentício, paisagístico, entre outros);
- identificar se tais comunidades detêm conhecimento sobre as plantas e se realizam alguma forma de manejo;
- identificar o significado das plantas para estas comunidades e como se inserem no seu modo de vida;
- identificar como a relação e o uso das plantas vêm se modificando ao longo do tempo e quais são as possíveis dinâmicas internas e externalidades responsáveis por esta transformação.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E JUSTIFICATIVA

Uma das características intrínsecas dos sistemas ecológicos é a variabilidade ao longo do espaço e do tempo. Mesmo naqueles sistemas de elevada previsibilidade, poucas estruturas ou processos existem ou se mantêm em equilíbrio estático. Quando uma perturbação é suficientemente forte para empurrar um sistema biológico para além dos seus limites de resiliência, ele pode se extinguir localmente e ser substituído por um novo sistema, que assume distinta estruturação ou configuração naquele mesmo espaço. Neste sentido podemos nos referir a múltiplos pontos de estabilidade possíveis para os sistemas biológicos em uma determinada área. Deste ponto de vista, se vários pontos de estabilidade são possíveis, é absolutamente necessário que lancemos mão de explicações históricas para entender a existência atual destes sistemas e de suas configurações (RAYNAUT *et al.*, 2002).

O estudo dos sistemas sociais chega a conclusões muito semelhantes. Sistemas sociais também possuem um caráter dinâmico, sofrendo contínuas modificações e interações. Neste sentido, as culturas não são categorias isoladas. Convivem livremente, podendo ocorrer empréstimos ou adoções de certos aspectos (RAYNAUT *et al.*). BURKE (2003) afirma que não existe uma fronteira cultural nítida ou firme entre grupos, e sim, pelo contrário, um *continuum* cultural. Particularmente nestes tempos de globalização cultural, marcado por encontros cada vez mais freqüentes e intensos, a cultura assume um caráter híbrido. Essa interação até certo ponto pode ser enriquecedora, na medida em que agrega elementos. Por outro lado, pode acarretar a perda de tradições regionais e de raízes locais, levando em casos extremos à anulação total de uma das culturas (BURKE, 2003).

Portanto, tanto para os sistemas sociais quanto para naturais, poder mudar é a condição primordial da permanência. Em conseqüência, as relações entre a sociedade e o meio em que vive nunca podem ser fixadas numa posição estável de equilíbrio. Pelo contrário, para serem duráveis e permanecerem inseridas no tempo da história têm de se ajustar, e de se reconstruírem coerentemente (RAYNAUT *et al.*, 2002). Por meio das diversas formas de interação entre o homem e o meio, os comportamentos culturais podem ter efeito na resiliência ecológica. Por um lado, é a flexibilidade do comportamento que faz os homens serem capazes de se adaptar a

ambientes diferentes e que os ajudam a superar mudanças climáticas, por exemplo (BEGOSSI, 1998; RAYNAUT *et al.*, 2002). Por outro, o comportamento humano pode ser muito conservativo e difícil de mudar (como as tradições). Neste caso, o ambiente pode mudar e um comportamento cultural em particular pode deixar de ser adaptativo. Nas novas condições, este comportamento pode ser considerado um peso ou resistência. Em outros casos, comportamentos culturais tradicionais podem aumentar a resiliência ecológica, prevenindo a superexploração de sistemas ou os ajudando a se recuperar. Ou ainda, um comportamento que parece ser não-adaptativo pode ser adaptativo somente em certas situações específicas (BEGOSSI, 1998).

Com base nestas informações, podem ser repensados os conceitos de biodiversidade e natureza. Se o homem é parte integrante do meio e agente modificador ativo da “natureza” desde seu surgimento na Terra, então a biodiversidade não existe por si só. Ou seja, a biodiversidade não é um conceito apenas biológico – relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas –, mas também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais (POSEY, 1987; BALÉE, 1992 citado por ADAMS, 1994).

A natureza, por sua vez, também não existe por si só, “não é um objeto que deve ser socializado, mas o sujeito de uma relação social” (DESCOLA, 2000). A percepção do meio em que se vive é uma construção cultural que faz parte da cosmologia de cada sociedade em especial.

O pensamento dominante na sociedade ocidental tem como princípio básico o naturalismo, que segundo DESCOLA (2000) “nada mais é do que a crença de que a natureza existe, ou seja, que certas entidades devem sua existência e seu desenvolvimento a um princípio alheio ao acaso, bem como aos efeitos da vontade humana”. Inclusive “a natureza só tem sentido em oposição às obras humanas”, sendo estas denominadas *culturas, sociedades, história* ou ainda, *espaço antropizado* (DESCOLA, 2000). O naturalismo transparece nas formas atuais de conservação da *natureza*, e por consequência na legislação ambiental.

Porém, a “sociedade ocidental” não é homogênea, e sim composta por diferentes populações humanas com seus diferentes modos de perceber o entorno. Se o conceito de natureza é variável de sociedade para sociedade, então uma legislação que parte de apenas uma destas concepções, no caso a idéia de que o

homem e a natureza são separados e antagônicos, está fadada a gerar conflitos. O modo de vida e cultura de algumas populações em especial, como os caiçaras e caboclos, muitas vezes baseado em formas particulares de se relacionar com o meio, torna-se ilegal quando há a criação de áreas protegidas.

Neste ponto, é importante ressaltar que da mesma maneira que a Constituição Brasileira de 1988 protege a Mata Atlântica e a Zona Costeira quando os considera patrimônio nacional (Art 255), ela também protege o modo de vida de comunidades locais considerando-os patrimônio cultural nacional (Art 216). Em ambos os casos a constituição delega ao poder público a função de preservar estas partes do patrimônio nacional.

Neste sentido, há atualmente a busca de novas formas de conservação e gestão dos recursos naturais, que ao mesmo tempo não comprometam o modo de vida de comunidades locais, nem a existência de um determinado ecossistema. Uma das alternativas correntes é a gestão patrimonial dos recursos, na qual há o estabelecimento de direitos exclusivos às comunidades para o acesso e manejo destes recursos. Por meio da auto-regulação há a definição de cotas de exploração e uma efetiva fiscalização (VIEIRA *et al.*, 2004).

Um caso exemplar é o dos seringueiros da Amazônia, cuja organização social e política e a junção com a universidade culminou na criação de uma nova categoria de Unidade de Conservação, as Reservas Extrativistas (RESEX), nas quais os recursos são manejados pelas regras do grupo de usuários e os usos são condicionais ao comportamento interdependente dos grupos membros. Como instituição, as RESEX incluem mecanismos de eficiência, estabilidade, igualdade e resiliência, e são, na realidade, um mecanismo para legalizar o sistema de manejo local, uma forma de reconhecimento do direito consuetudinário destas comunidades. Neste caso, o fortalecimento do sistema social local tem suportado o sistema ecológico em termos de sustentabilidade (BEGOSSI, 1998; CHAMY, 2004).

Neste contexto, conhecer as comunidades deve ser o primeiro passo para a escolha de uma ou outra forma de gestão. O conhecimento de como se dá a relação com o meio, tanto do ponto de vista material quanto simbólico, é essencial para que possa haver a preservação das comunidades e ambiente em que vivem. Com estas informações como base, o gerenciamento costeiro pode tornar-se um processo mais adequado às diferentes realidades locais.

4 O ESPAÇO GEOGRÁFICO E AS COMUNIDADES ESTUDADAS

O litoral paranaense se caracteriza geograficamente por uma extensa planície arenosa e duas grandes baías, Paranaguá e Guaratuba (SOARES *et al.*, 1997). Segundo o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992), o Litoral do Paraná apresenta as seguintes unidades de vegetação: Floresta Ombrófila Densa, formação das terras baixas e submontana, Área de Formação Pioneira de Influência Fluviomarinha (área de transição, restingas e manguezais) e Área de Formação Pioneira sob Influência Fluvial.

Esta região é constituída por sete municípios classificados por ESTADES (2003) como rurais (Guaraqueçaba e Morretes), portuários (Paranaguá e Antonina) e praiano-turísticos (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná). Abriga uma população de 235.840 habitantes em uma área de 6.135,4 km², onde são observadas taxas de densidade populacional que variam de 4 hab/km² em Guaraqueçaba a 191 hab/km² em Paranaguá (ESTADES, 2003). As principais atividades econômicas são o turismo, a agropecuária, a pesca e o extrativismo vegetal, em particular do palmito (*Euterpe edulis* Mart.). O Porto de Paranaguá é um dos mais importantes do sul do país, e o maior porto exportador de grãos da América do Sul (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

No Litoral do Paraná há cerca de 60 vilas de pescadores com diferentes histórias de formação. Uma parte da população atual é de agricultores-pescadores ou pescadores de origem paranaense antiga enquanto outra tem origem exclusivamente agrícola e mais recente. Devido principalmente à crise da agricultura de queimada nos anos 30, à melhoria das condições de conservação em gelo e ao aumento da demanda pelo pescado, nesta época houve uma intensificação da migração de agricultores do interior para as vilas ribeirinhas e para os centros portuários. Este fenômeno de transição da agricultura para a pesca ainda está em curso e, mais recentemente, foi reforçado pela especulação imobiliária, grilagem de terras e criação de Unidades de Conservação, especialmente no litoral norte (ANDRIGUETTO FILHO, 1999).

Ainda segundo este autor, no litoral sul, a urbanização impulsionada pela aptidão turística dos municípios desestruturou as vilas pesqueiras, pelo menos fisicamente (ANDRIGUETTO FILHO, 1999). No município de Pontal do Paraná este

processo ocorreu na maior parte das comunidades com exceção de algumas vilas, entre elas Barrancos e Maciel, escolhidas para a realização deste trabalho.

Barrancos está localizada na orla oceânica do município (UTM 760100 S; 7170876 W), em meio ao aglomerado urbano, entre os balneários de Shangri-lá e Atami (Fig. 1). Apesar de ter sido “invadida” pela expansão urbano-turística não foi desagregada fisicamente em decorrência de terem conseguido ganhar na justiça parte de sua área original. Segundo ANDRIGUETTO FILHO (1999) esta vila “hoje se apresenta como uma família expandida habitando uma grande propriedade urbana com amplo acesso ao mar, em meio aos loteamentos turísticos de Praia de Leste”. Apesar da tendência ao abandono da pesca em outras comunidades similares a Barrancos, ela é a única em que a pesca não parece em declínio, permanecendo como significativa fonte de renda. Ainda assim, este autor observou o abandono da atividade pesqueira em favor de empregos ligados ao turismo. ANDRIGUETTO FILHO (1999) ainda ressalta que “o relativo sucesso dessa vila pareceu se dever a suas lideranças, dinâmicas e hábeis o suficiente para enfrentar o processo de transformação”. A comunidade é composta basicamente por três grandes famílias⁴, comportando aproximadamente 50 casas. As residências não são delimitadas por muros e a rotina diária ainda está bastante baseada nas relações de parentesco (PONTAL DO PARANÁ, 2004a).

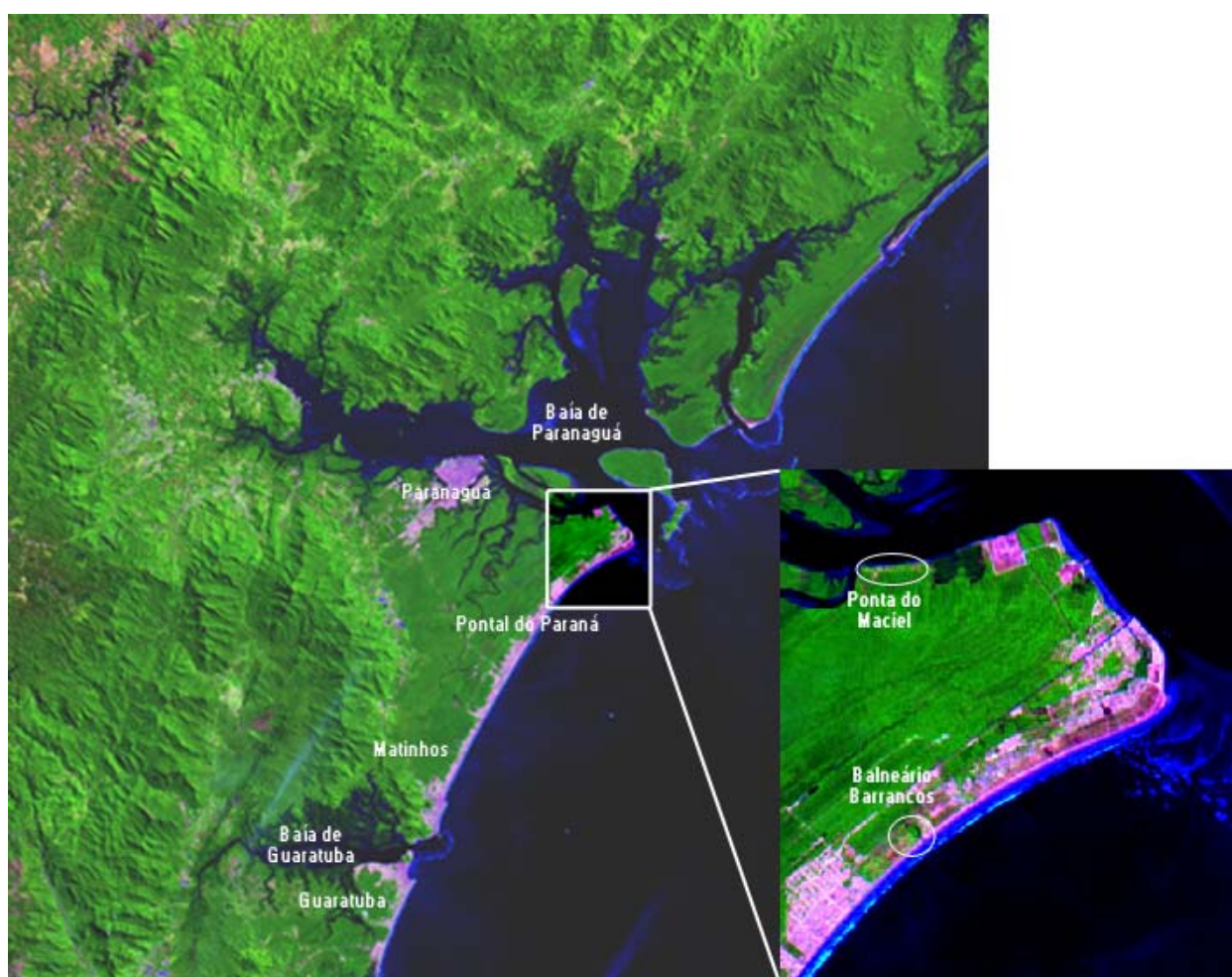
O Maciel fica na porção norte de Pontal do Paraná, voltada para dentro da Baía de Paranaguá (UTM 761011 S; 7165194 W). O acesso somente é possível por via marítima, implicando a dependência de embarcações (Fig. 1). Inclusive, alguns moradores, ao referir-se ao local onde moram, o denominaram de “ilha do Maciel”; apesar desta denominação não estar em acordo com os conceitos geográficos, pode ser perfeitamente utilizada em sentido figurado. Por sua localização e conseqüentes dificuldades de acesso, ainda não foi “invadida” pela expansão urbana. Porém, os moradores têm sofrido pressão para desocuparem suas terras - nas quais são apenas posseiros - devido, provavelmente, ao interesse público (governos municipal e estadual) e privado (Empresa Balneária Pontal do Sul⁵) na construção de um novo terminal portuário naquela região, comumente denominado “Porto do Mercosul”. A

⁴ Estas famílias descendem de três irmãos, habitantes que moravam ali “*de primeiro*” segundo os entrevistados. A utilização da expressão “*de primeiro*” é discutida na página 22.

⁵ A contextualização desta empresa imobiliária em Pontal do Paraná está no sub-item 4.1.

pressão fundiária nesta comunidade foi considerada por ANDRIGUETTO FILHO (1999) como um fator importante para o abandono da agricultura. Ainda segundo este autor, o Maciel é uma das vilas entre aquelas mais afetadas pelo conflito para a preservação da Mata Atlântica. A comunidade é composta de cerca de 30 casas, poucas das quais são utilizadas com fim de veraneio. A visitação é realizada apenas por embarcações de recreação que chegam em busca de pescados e iscas, permanecendo poucas horas no local (PONTAL DO PARANÁ, 2004a).

Figura 1: Imagem do Litoral do Paraná com as comunidades estudadas em detalhe.



Fonte: Imagem LANDSAT (2000) fornecida pelo Laboratório de Oceanografia Costeira e Geoprocessamento do Centro de Estudos do Mar (LOC GEO/CEM - UFPR).

4.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE

Para compreender a formação das comunidades estudadas é necessária uma análise histórica, e para tanto, é imprescindível contextualizar a ocupação do litoral brasileiro como um todo, e a do litoral paranaense em particular.

O caráter predominantemente agrícola da colonização brasileira fez com que as terras das baixadas litorâneas fossem as mais ocupadas, inclusive graças à facilidade de escoamento dos produtos para o exterior, mercado de seus produtos. Formaram-se então aglomerados grandes e médios - por exemplo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Santos e Paranaguá - ao redor dos quais gravitavam pequenos núcleos formados graças às condições particulares da costa, que favoreciam sua ocupação, e que enviavam aos núcleos maiores parte de sua pequena produção (farinha de mandioca, peixe e algum café). Muitas vezes, entretanto, estes pequenos núcleos converteram-se em compartimentos estanques, com pouca comunicação entre si ou com o exterior, devido à dificuldade de comunicação por terra. Nestes locais desenvolveu-se uma agricultura de subsistência em contraposição à grande agricultura exportadora (MUSSOLINI, 1980).

Para MUSSOLINI (1980), o tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, quase que isolado do mundo de fora em termos de produtos e influências resultou em:

“um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e o seu habitat. Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor – bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que o norteiam no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e a agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para troca ou para venda: os ventos, os ‘movimentos’ das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda ou colher o que plantou (p. 226)”.

O sul do Brasil nunca foi particularmente cobiçado pelos europeus e os próprios portugueses não chegaram a se interessar por ele no início da ocupação colonial. Por esses lados não havia pau-brasil, o litoral era arenoso e nada favorável à lavoura de cana de açúcar (MARRONI e ASMUS, 2005). No contexto local, algumas localidades do litoral paranaense, nas áreas mais internas do complexo estuarino de Paranaguá (Morretes, Antonina e Paranaguá) prosperaram tanto pelas minas quanto pela agricultura suportada pelos solos mais férteis, provavelmente

devido à adubação “com os estrumes das matas” (VIEIRA DOS SANTOS, 1850)⁶. Por outro lado, o solo arenoso da planície costeira mais ao sul, onde se localizam as comunidades estudadas, não permitiu o cultivo intensivo de produtos agrícolas, sendo apenas próprio ao cultivo de plantas farináceas, como a mandioca, aipim, cará, inhame e taiá (VIEIRA DOS SANTOS, 1850).

Uma das primeiras povoações brasileiras de origem portuguesa instalou-se na ilha da Cotinga (localizada em frente à ponta do Maciel) entre 1550 e 1560, por ser este um lugar mais seguro contra os ataques dos nativos. Após alguns anos, “se animaram estes colonos passar à terra firme”, e encontraram ouro nas margens dos rios dos Almeiras, Correias e Guaraguaçu, denominadas Minas de Paranaguá (VIEIRA DOS SANTOS, 1850). A região prosperou movida pelo ouro, mas ainda no século XVII, com a descoberta das Minas Gerais, sua importância econômica diminuiu. Neste mesmo século, conduzido pelo capitão-mor povoador Gabriel de Lara, o povoamento do litoral paranaense pelo elemento europeu deu-se efetivamente (LOUREIRO FERNANDES, 1947).

Tudo faz crer que a fixação dos europeus na chamada *praia de leste*⁷, apesar da carência de registros históricos, também só se deu nos últimos anos do século XVII, com posterior incremento condicionado ao povoamento de Guaratuba, no séc. XVIII. A *praia de leste* tornou-se naturalmente uma estrada entre as baías de Guaratuba e Paranaguá. Conforme o deslocamento humano entre as baías foi se intensificando, houve a formação e incremento dos núcleos povoados ao longo desta faixa de praia (LOUREIRO FERNANDES, 1947).

Do início do século XIX até meados do século XX não foram encontrados relatos históricos que retratassem os demais acontecimentos na região de Pontal do Paraná. As publicações de LOUREIRO FERNANDES (1947) e LANGOWISKI (1973) trazem à luz alguns hábitos dos moradores da *praia de leste*. Volta-se a ter documentação sobre a história do município apenas a partir da construção da Rodovia PR-412 (trecho Praia de Leste – Pontal do Sul) em 1978/79, considerada um dos principais impulsos de desenvolvimento da região. Esse fator, aliado ao

⁶ “Estrume das matas” é o equivalente do atual conceito ecológico de serrapilheira.

⁷ No estudo realizado por José Loureiro Fernandes em 1947 esta expressão é utilizada com um significado diferente do atual. Apesar de “praia de leste” não ter sido geograficamente limitada, pôde-se perceber que esta denominação era utilizada pra toda a faixa de praia que vai desde a baía de Guaratuba até a de Paranaguá. Esta área foi assim denominada pelos construtores da Estrada do Mar, atual PR-407, pois a estrada foi construída para leste, em busca da praia.

aumento do interesse turístico pelo litoral e crescimento do poder aquisitivo dos paranaenses, principalmente da classe média, acarretou uma rápida ocupação territorial. Cabe destacar que tais formas de ocupação foram ainda aceleradas pelo processo de especulação imobiliária (PONTAL DO PARANÁ, 2004b).

Em 1951, o Governo do Estado do Paraná doou à empresa Balneária Pontal do Sul⁸ uma área de 43,4 km² (PARANAGUÁ, 1951; PONTAL DO PARANÁ, 2004b), que compreende aproximadamente 20% do atual território de Pontal do Paraná. O loteamento e venda dos terrenos por esta empresa ocorreram, e ainda ocorrem, sem que seja respeitada a presença de comunidades caiçaras, que já ocupam aquele terreno há décadas, ou ainda a existência de áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal (Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965) como manguezais e dunas frontais (KOTLER, 2004).

A nova forma de ocupação do espaço alterou a feição desta porção do litoral paranaense. À medida que os lotes foram sendo valorizados, foi ocorrendo um processo de migração, em certos casos até a expulsão dos pequenos povoamentos mais próximos da praia para áreas mais distantes (PONTAL DO PARANÁ, 2004b).

A partir de 1980, foi implantado um canteiro industrial na porção norte do Balneário Pontal do Sul, na área conhecida como Ponta do Poço. Nesse canteiro instalaram-se três empresas construtoras de plataformas continentais para a exploração de petróleo (FEM, Techint e Tenenge). Essas empresas chegaram a gerar até 3000 empregos em sua fase mais próspera, atraindo trabalhadores de várias regiões do estado. Contudo, no final da década de 1980 as empresas cessaram suas atividades (PONTAL DO PARANÁ, 2004a). Em 2005, a Techint retomou suas atividades e nos últimos anos, como já citado anteriormente, os governos estadual e municipal têm demonstrado interesse, veiculado recorrentemente pela mídia, em aproveitar a alta profundidade das águas dessa área e a infra-estrutura já existente para instalar o “Porto do Mercosul”. Atualmente, as principais atividades econômicas do município envolvem as atividades relacionadas ao turismo de veraneio, principalmente o comércio e a prestação de serviços (PONTAL DO PARANÁ, 2004a).

⁸ No corpo do trabalho a Empresa Balneária Pontal do Sul será denominada apenas Balneária ou ainda Companhia, conforme as denominações utilizadas pelos caiçaras.

Com relação aos elementos étnicos formadores dos nativos do litoral paranaense, a principal contribuição foi portuguesa e indígena. LOUREIRO FERNANDES (1947) considerou que “a contribuição do sangue negro para a formação da nossa gente cabocla litorânea, a julgar pelos tipos étnicos da *praia de leste*, deve ter sido insignificante”. Ele liga este fato à ausência de grandes lavouras com mão de obra negra escrava na região centro-sul do litoral, com exceção de um estabelecimento agrícola em Caiobá e um ou dois moinhos de açúcar nas reentrâncias da baía de Guaratuba. Da mesma maneira, a contribuição do elemento estrangeiro também foi rara, ocorreu somente após a abertura da Estrada do Mar (PR-407), em 1926, particularmente de alemães, que objetivavam a exploração de um “rudimentar comércio”.

4.2 O USO DAS PLANTAS PELOS CAIÇARAS PARANAENSES

Como já mencionado anteriormente, apenas os trabalhos de LANGOWISKI (1973) e LOUREIRO FERNANDES (1947) dão uma noção de como seria a vida dos moradores de Pontal do Paraná antes da construção da PR-412 e conseqüente urbanização⁹.

“Vivendo em imensas áreas desertas em pequenos agrupamentos ou isolado de qualquer convívio humano, o caboclo, produto da miscigenação de branco com o índio assimilou de ambos os conhecimentos que permitiram sua sobrevivência através dos tempos” (LANGOWISKI, 1973). Ao longo da *praia de leste* “o caboclo tornou-se pescador, [...], porém ligado à floresta” (LOUREIRO FERNANDES, 1947).

Sua alimentação tinha como base os peixes, mariscos e farinha de mandioca. As roças tinham função de subsistência, que era complementada pela caça e coleta de frutos e outras plantas comestíveis, entre elas o palmito. Havia o manejo de algumas árvores frutíferas na proximidade das casas no intuito de facilitar a coleta dos frutos (LANGOWISKI, 1973; LOUREIRO FERNANDES, 1947).

⁹ Os autores utilizam termos diferentes para designar a mesma área de estudo. LOUREIRO FERNANDES (1947) trata o local como *praia de leste*, termo já definido anteriormente, que engloba hoje os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná. LANGOWISKI (1973) estudou os “praieiros de Paranaguá” (“caboclos do litoral”), que seriam os moradores da praia do município de Paranaguá, hoje Pontal do Paraná (emancipado em 1998). Devido às semelhanças dos hábitos observados em campo e à relativa imprecisão dos termos utilizados pelos autores, decidiu-se considerar também para o Maciel as informações contidas nestes trabalhos.

As roças eram manejadas no sistema de pousio curto (período de descanso de 5 anos), no qual a mandioca tinha grande expressão, sendo a sua farinha item indispensável não só na alimentação, como também na medicina (LANGOWISKI, 1973; LOUREIRO FERNANDES, 1947). Segundo LOUREIRO FERNANDES (1947):

Ainda hoje, raros são aqueles que, estimulados pelo desenvolvimento dos núcleos balneários, exercem certa atividade econômica. A maioria “leva vida livre, quase sem necessidades, mas sem capacidade aquisitiva”; contenta-se em assegurar a subsistência com o trabalho semanal de algumas horas (p. 23-26).

LOUREIRO FERNANDES (1947) ainda observa a raridade de exemplares de guapiruvu e palmeiras – das quais se extrai o palmito – nas regiões povoadas por pescadores. Sugere estudos sobre o seu conhecimento, pois “a maioria dos pescadores têm noções muito precisas, não só quanto à propriedade dos vegetais, como também às características físicas de seu lenho”.

LANGOWISKI (1973) descreve alguns traços das crenças dos praieiros, “que não praticam uma religião no sentido rigoroso do cumprimento de obrigações e preceitos”. As práticas religiosas também estão ligadas a algumas festas realizadas, como, por exemplo, a Bandeira do Divino e o carnaval. Ainda segundo LANGOWISKI (1973), estas crenças também permeiam a medicina dos caiçaras, há algumas “crendices” que acompanham os tratamentos com plantas.

A agricultura, tal como praticada na primeira metade do século passado e assim registrada, foi praticamente abandonada nos dias de hoje. Este é um processo que ocorre(u) em todo o litoral paranaense: o abandono da agricultura, em decadência pela baixa competitividade com os produtos provenientes do planalto, em favor da pesca, estimulada principalmente pelo aumento da demanda e introdução de novas tecnologias (ANDRIGUETTO, 1999).

Em Guaraqueçaba, CUNHA e ROUGELLE (1989) observaram que a agricultura era praticada em pequena escala, com base no sistema de pousio, em espaços determinados para certos tipos de plantio, em conformidade com a época e as necessidades de consumo. O início do desaparecimento da lavoura como parte da vida das comunidades litorâneas, se dá por volta dos anos 1950-1960, em função de um conjunto de fatores de ordem física, econômica e social. A baixa fertilidade do solo, a falta de incentivo a esta atividade, as restrições impostas pela legislação do uso do solo e a intensificação da pesca comercial, que passa a exigir maior

dedicação de tempo, são fatores que contribuíram para o abandono da prática agrícola em muitas comunidades litorâneas, como se pode verificar na região do Tromomô, onde a agricultura praticamente desaparece em 1980.

ANDRIGUETTO (1999) também verificou o declínio da agricultura e assinala que dentre as 22 comunidades pesqueiras paranaenses estudadas, apenas em Barrancos e no Maciel a agricultura era realizada, ainda que somente por “um ou dois pescadores mais velhos”. Especificamente para Barrancos, esse autor conclui que a prática agrícola se restringe ao líder da comunidade, como atividade secundária e por razões essencialmente culturais.

O conhecimento dos caiçaras (especialmente dos paulistas) a respeito dos usos das plantas foi registrado por diversos autores, entre eles estão BEGOSSI *et al.* (1993); FIGUEIREDO *et al.* (1993); DIEGUES e VIANNA (1995); HANAZAKI *et al.* (1996); BEGOSSI (1998); HANAZAKI *et al.* (2000); DIEGUES (2000); BEGOSSI *et al.* (2002); HANAZAKI (2003); FONSECA-KRUEL (2004) e MEDEIROS (2004). Para o Litoral do Paraná há apenas os estudos de COUTO (1989a); COUTO (1989b); PERONTI (1989); LIMA (1996) e LIMA (2005).

LIMA (1996) objetivou conhecer como as plantas eram utilizadas em dez comunidades da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (norte do Paraná). Observou 480 plantas utilizadas com diferentes fins: 67,3% na medicina popular, 26,0% na alimentação, 24,8% como madeiras, 11,7% na pesca, 6,9% comercialmente, 6,9% no artesanato, 5,8% na silvicultura, 5,4% com fim ornamental, 5,4% melíferas, 2,1% com fim místico, 2,1% como ração animal, 1,7% na medicina veterinária, 1,7% como fibras e 1,5% em cercas-vivas. O conhecimento encontrou-se concentrado entre a faixa etária mais idosa, enquanto os mais jovens são atraídos por valores urbanos e desprezam esta forma de conhecimento. Também registrou a existência de conflitos entre católicos e protestantes, o que acarretou uma perda de tradições e vem dificultando a formação de associações de produtores rurais. Apesar destes aspectos interessantes da pesquisa deste autor, suas análises carecem de fundamentação teórica no que concerne às ciências humanas, o que não permitiu um aprofundamento da discussão.

Para a Ilha do Mel, LIMA (2005) registrou 176 citações de plantas úteis, em dez categorias de uso, das quais se destacaram a medicinal, alimentícia e relacionada à pesca. O autor enfatizou que o trabalho objetivava resgatar mais as

formas pretéritas de uso do que aquelas que de fato ocorrem hoje em dia, pois, “completamente voltada ao turismo, a Ilha do Mel está perdendo esse diferencial de conhecimento que os antigos moradores detinham”.

COUTO (1989a), ao estudar a vegetação adjacente à foz do rio Maciel, constatou que aquela comunidade fazia o cultivo de lavouras de subsistência e de quintais, com o uso de plantas para fins medicinais e paisagísticos. Também transferiam mudas da mata para trilhas ou para canteiros na roça. Havia ainda o plantio, principalmente de abacaxi e mandioca, por meio do sistema de pousio. Após o período de descanso, as áreas eram visitadas para a obtenção de lenha, quando adquiriam feição de capoeira.

PERONTI (1989), estudando a utilização das plantas de restinga pela população do Maciel, constatou que das 160 espécies identificadas, 91 eram usadas com diversas finalidades. As principais formas de utilização registradas foram: medicinal (47,3%), alimentícia (30,8%), relacionada à pesca (29,8%), tratamento da paisagem (5,5%), comércio (4,4%) e proteção do solo (1,1%). COUTO (1989b) constatou que esta mesma comunidade obtinha as plantas para uso medicinal tanto em seus quintais, onde algumas espécies eram cultivadas, quanto na mata, que era explorada em caso de necessidade. Foram identificadas 43 espécies utilizadas, sendo que destas 35,5% eram cultivadas, 21,5% eram espontâneas, 23,8% espontâneas ruderais e 19,2% espontâneas também cultivadas.

5 METODOLOGIA

As maneiras de entender, interpretar e pesquisar as culturas vêm sendo discutidas no campo da antropologia no último século. Partindo de Malinowski como referência para “o modo padrão da pesquisa etnográfica” (GIUMBELLI, 2002), GEERTZ (1998) lança a questão: “como é possível que antropólogos cheguem a conhecer a maneira como um nativo pensa, sente e percebe o mundo?”. Assim, segundo este autor, para estudar as culturas não seria necessário imaginar ser outra pessoa para descobrir como este pensaria, mas procurar as formas simbólicas. Em contraponto e ao mesmo tempo derivando de GEERTZ, está a perspectiva relacional de VIVEIROS DE CASTRO (2002), onde se ancorou a metodologia deste trabalho. Para este autor só há nativos ou antropólogos um em relação a um outro, “a idéia antropológica de cultura coloca o antropólogo em posição de igualdade com o nativo, ao implicar que todo o conhecimento antropológico de outra cultura é culturalmente mediado”. Os “objetos” de estudo tornam-se sujeitos do estudo, conscientes de que estão sendo estudados. Os informantes passam a serem considerados interlocutores. Neste contexto, é importante considerar que os resultados desta pesquisa e a história que aqui é (re)construída são derivados da relação entre o antropólogo (ou no caso oceanógrafa) e os nativos.

A partir desta perspectiva, primeiramente foi realizada uma pesquisa exploratória para um primeiro reconhecimento das comunidades. Desta maneira foi possível obter uma primeira percepção da dinâmica social e da rotina diária, além dos conflitos existentes dentro das comunidades. Informações essenciais para a adequação da hipótese original de trabalho e elaboração dos roteiros das entrevistas.

Ao longo da pesquisa foram utilizadas várias técnicas etnográficas. Em alguns momentos, como na hora do almoço ou café, por exemplo, a pesquisa flutuou entre a observação participativa e participação observadora (GIUMBELLI, 2002). Dependendo da situação e do interlocutor foi aplicada entrevista semi-estruturada ou aberta. Em princípio, na fase de pesquisa exploratória não seriam aplicadas entrevistas com um roteiro pré-estabelecido. Porém, em geral as pessoas abordadas esperavam um “questionário de pesquisa”. Para adaptar-se a esta situação algumas perguntas “base” foram elaboradas em campo (por exemplo: “você usam muitas

plantas aqui?"; "quais plantas vocês usam?"; "pra que usam estas plantas?; "usam bastante?"; "vocês têm plantações?").

Após a fase inicial, um roteiro de entrevista semi-estruturada foi elaborado (Anexos 1 e 2). No entanto, em campo, algumas perguntas do roteiro não se mostraram funcionais e foram sendo adaptadas ou excluídas. Dependendo da situação em que a entrevista foi realizada, da relação com o interlocutor e do curso que a entrevista tomava outras perguntas foram incluídas.

Os interlocutores, em um primeiro momento, seriam os especialistas em plantas da comunidade. ALBUQUERQUE e LUCENA (2004) definem especialistas como "pessoas que são reconhecidas em sua comunidade como excelentes conhecedoras das plantas" e utilizam este termo em oposição aos generalistas. Porém, durante a pesquisa exploratória pode-se perceber que a linha que divide especialistas de generalistas é muito tênue, além de que para os objetivos da pesquisa as informações derivadas apenas de especialistas não seriam suficientes. Deste modo, todas as pessoas envolvidas neste trabalho foram consideradas interlocutores, entre eles foram entrevistados os especialistas em plantas e os não especialistas em plantas (incluindo, por exemplo, aqueles que forneceram informações sobre a história das comunidades).

A pesquisa exploratória consistiu em duas visitas ao Maciel, conduzidas por um barqueiro do CEM (Centro de Estudos do Mar) amigo de uma família do Maciel. Estas visitas totalizaram 13 horas de duração e houve o contato com nove interlocutores. Em Barrancos nesta fase foram realizadas quatro visitas, sendo a primeira conduzida por uma mestranda em Zoologia da UFPR (Universidade Federal do Paraná) que por ter realizado sua monografia com os pescadores da vila havia construído uma relação de amizade com grande parte da comunidade. Estas visitas totalizaram 12 horas e houve o contato com sete interlocutores.

Em ambas as comunidades, a maior parte do tempo (aproximadamente 50%), tanto na fase exploratória como na pesquisa propriamente dita, foi dedicado às interlocutoras nº3 e nº1¹⁰ (de Barrancos e Maciel respectivamente) que naturalmente tornaram-se privilegiadas em função da boa relação estabelecida e do grande conhecimento sobre o uso das plantas demonstrado.

¹⁰ Para preservar a identidade dos interlocutores eles aqui serão referidos por números, conforme a ordem em que foram envolvidos na pesquisa.

Na segunda fase, as interlocutoras privilegiadas indicaram outros interlocutores “que gostassem ou soubessem de plantas”. Em Barrancos, a interlocutora nº3 indicou outras duas, que por sua vez também indicaram mais duas pessoas cada, totalizando sete (método “snow ball” ou bola de neve, ALBUQUERQUE e LUCENA, 2004).

No Maciel, em princípio houve uma tentativa de repetir a metodologia da bola de neve. Entretanto a indicação de outros interlocutores mostrou-se difícil, devido aos desentendimentos existentes entre os moradores “de cima”, que moram mais próximos à desembocadura do rio Maciel, e os “de baixo”. Os “de baixo”, com os quais foi feito o primeiro contato, não reconheciam que os “de cima” pudessem ter algum conhecimento, ou que ajudariam no trabalho. Assim, após entrevistar os interlocutores indicados “de baixo”, os “de cima” foram abordados de duas maneiras: a partir dos contatos realizados na primeira fase e a partir de uma primeira interlocutora encontrada casualmente que indicou alguns especialistas. Este método foi descrito por RABINOW (1977), no qual a partir de um primeiro contato o pesquisador cria uma rede de informantes. O diferencial das recomendações de RABINOW e da técnica da bola de neve é que em locais onde há conflitos é necessário mais de uma rede de informantes, sendo que estas redes preferencialmente devem ser de grupos opostos.

No total, em Barrancos foram realizadas onze visitas (aproximadamente 38 horas) e entrevistados 10 interlocutores, incluindo um homem e nove mulheres. Quanto à idade havia uma interlocutora na faixa entre 20 e 30 anos, quatro entre 40 e 50 anos e cinco com mais de 50 anos. No Maciel foram realizadas sete visitas (aproximadamente 34 horas) e entrevistados 16 interlocutores, entre eles quatro homens e doze mulheres; uma interlocutora entre 20 e 30 anos, cinco entre 40 e 50 anos e dez com mais de 50 anos.

Nesta etapa do trabalho foi constante o esforço de “desmistificar” a imagem de que a pesquisadora era do IBAMA ou que iria denunciá-los por coleta de espécies proibidas, como o palmito, por exemplo. No início das entrevistas, sempre eram apresentados os objetivos gerais da pesquisa: saber se eles usam as plantas e como; saber como era antes e se usavam mais do que agora. Porém, não foi revelada a intenção de usar este conhecimento para questionar e reavaliar o grau de participação dos próprios informantes na gestão da área. Havia o receio de que as

respostas poderiam ser falseadas se os interlocutores estivessem objetivando vantagens posteriores, como a concessão do uso das terras para roças, por exemplo.

Algumas entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados e transcritas. As informações obtidas nas visitas às chácaras e conversas informais foram registradas em um diário de campo. Neste diário também foram anotadas as impressões da pesquisadora a respeito dos interlocutores e dos acontecimentos em campo. Posteriormente, este conteúdo foi organizado nos temas:

- Uso material: citações das plantas, categorias e formas de uso;
- Conhecimento: referências ao nicho e habitat;
- Significado das plantas: importância da paisagem e das plantas, resposta das perguntas “o que você acha das plantas?” e “o que você acha do mato?”;
- História e mudanças: descrições de antes e descrições de agora, o que plantavam, porque mudou; os “mais novos”;
- Manejo: manejo das plantas;
- Outros: informações genéricas relevantes.

Para a identificação científica, as plantas citadas foram coletadas em visitas às chácaras e quintais. Algumas plantas que não puderam ser coletadas foram fotografadas. Esta parte da pesquisa foi realizada com auxílio da botânica Marília Borgo e as identificações tiveram como base os trabalhos de LORENZI (2000, 2001, 2002, 2003 e 2004). As exsicatas estão armazenadas no herbário do Laboratório de Bentos (Centro de Estudos do Mar – UFPR). Esta atividade foi limitada, por dois fatores. A avançada idade e o estado de saúde da maioria dos interlocutores já não permitiram o acompanhamento em caminhadas em busca das plantas. Em segundo lugar, embora ainda conhecessem e se referissem à utilidade de algumas plantas, os próprios interlocutores desconheciam onde poderiam ser encontradas.

As análises qualitativas do uso levaram em consideração os possíveis desentendimentos com relação às diferenças existentes nas formas de classificar e entender o mundo (LÉVI-STRAUSS, 1989). Um exemplo são as categorias “mato” e “planta”. Enquanto planta parece referir-se àqueles seres vegetais úteis, o mato, em geral, é aquele não utilizado e selvagem: *“isso aqui é mato minha filha, ninguém liga de usá”*. Porém, a denominação “mato” também foi utilizada para referir-se a uma planta medicinal que tinha características pioneiras: *“esse aqui é mato selvagem”*.

Todas estas questões podem ter interferido nas citações das plantas e algumas categorias de uso podem ter sido subestimadas.

Algumas expressões, como por exemplo “*de primeiro*”, “*logo depois*”, “*de uns tempo em diante*”, foram utilizadas com frequência em ambas as comunidades. Estas expressões referem-se a uma noção de tempo própria das comunidades. Para “traduzir” estas expressões para o tempo da história oficial foram estabelecidos paralelos a partir da idade dos entrevistados e de eventos com datas conhecidas, como por exemplo a construção de uma estrada ou a gestão de um determinado prefeito ou governador. Para tanto uma pesquisa bibliográfica foi realizada em busca de documentos que trouxessem informações a este respeito. É importante ressaltar que apesar de ser necessária para um melhor entendimento das transformações ocorridas nas comunidades, esta tradução acaba “traíndo” a informação primária na medida em que “retifica” a noção de tempo deles a partir de paralelos estabelecidos arbitrariamente. Outro ponto que deve ser ressaltado é o fato de que se deve considerar durante a leitura do trabalho o caráter seletivo da memória, principalmente pela avançada idade de alguns dos interlocutores.

Os dados pertencentes a outros temas foram agrupados, organizados e analisados separadamente. Esta análise teve o cuidado de considerar as expressões, gestos e outras evidências não verbais que poderiam corroborar ou não o discurso.

6 AS TRANSFORMAÇÕES NAS COMUNIDADES

Em toda e qualquer sociedade há diferenças e mudanças, de geração para geração e de indivíduo para indivíduo. Como os valores são constantemente resignificados em um processo contínuo e nunca transmitidos de modo inalterado, estas transformações são inerentes à organização social. As mudanças econômicas e a modernidade interferem no modo de vida, na percepção do mundo, e podem ter induzido novas necessidades e uma nova forma de se relacionar com as plantas, porém esta relação não é linear nem de fácil quantificação. Neste sentido, a perda do conhecimento sobre o uso das plantas ou as mudanças na cultura e modo de vida podem ser vistas como perda, mas também como transformação e adaptação cultural. Muitas vezes, estas transformações são ativamente consentidas e ansiosamente esperadas pelas próprias sociedades que as vivenciam (LEACH, 1995; VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2002).

Partindo destas ressalvas, a seguir estão organizadas algumas informações a respeito das transformações ocorridas nas comunidades no século XX, com análise sobre três aspectos: o isolamento de Paranaguá, as formas de subsistência e a organização social. O entendimento deste contexto subsidiará as considerações a respeito das modificações na relação com as plantas realizadas no item 7.

6.1 O ISOLAMENTO GEOGRÁFICO

As áreas de Maciel e Barrancos já são ocupadas há pelo menos dois séculos, possivelmente mais, e sempre dependeram, em maior ou menor grau, de Paranaguá, pólo regional fornecedor de produtos e serviços, para comercializar sua produção e adquirir insumos externos como vestuário, sal, café e açúcar. Pontal do Sul também foi citado, ainda que por apenas um entrevistado no Maciel, como pólo para venda de pescado e farinha de mandioca. Esta situação de “quase auto-suficiência” também foi relatada para os caiçaras de Ubatuba no século XIX por MARCÍLIO (1986). Apesar de sempre ter sido essencial, o acesso a Paranaguá nem sempre foi fácil. Enquanto para os moradores de Barrancos houve grandes transformações neste século, as mudanças foram mais sutis para os caiçaras do Maciel.

Antes da abertura da Estrada do Mar (atual PR-407) em 1926, para ir de Barrancos à Paranaguá era necessário fazer o trajeto via Pontal do Sul. Havia duas maneiras, ou ir de canoa a remo por todo o trajeto, ou então ir de carro de boi ou andando até Pontal do Sul onde era alugado um barco com o qual seguiam até Paranaguá. Para realizar esta viagem dependia-se das condições do tempo e mar para navegar até Pontal e também para entrar na baía de Paranaguá. Por causa disto, tais deslocamentos só eram feitos ocasionalmente quando havia necessidade, ou melhor, *“quando era muito obrigado”*.

Após 1926, com a abertura da Estrada do Mar, já se podia ir andando até Paranaguá (aproximadamente 40 km). Na década de 1940 (*“de uns tempo em diante”*) já havia um ônibus que pela manhã saía de Matinhos com destino a Paranaguá, passando por Praia de Leste, e fazendo o trajeto de volta à tarde.

Nos anos 50, após a apropriação das terras pela Empresa Balneária Pontal do Sul, houve a abertura, por esta empresa, da Estrada do Guaraguaçu, que liga a ponte do Rio Guaraguaçu à Pontal do Sul. Nesta época os moradores de Barrancos pegavam ônibus para Paranaguá *“na curva dentro do mato”*, perto do atual lixão abandonado (em Shangri-lá). Este ônibus também tinha frequência diária. Nos anos 70, a Prefeitura de Paranaguá colocou em circulação um ônibus *“basculante”*, que ia de Paranaguá à Praia de Leste pela PR-407 e então seguia até Pontal do Sul pela praia. Este ônibus *“de primeiro”* tinha frequência semanal, que depois foi aumentada para duas vezes por semana até ser diário. Com a construção da PR-412 no final dos anos 70, o acesso foi facilitado. Inicialmente havia um ônibus particular do proprietário do Hotel Atlântico em Pontal do Sul que fazia o trajeto, *“logo depois”* a Viação Graciosa iniciou suas atividades neste trecho.

A Tabela 1 sintetiza as informações descritas acima sobre as formas de acesso à Paranaguá pelos moradores de Barrancos ao longo do tempo e ainda contém os paralelos utilizados para a conversão do tempo caíçara no tempo oficial.

Tabela 1: Formas de acesso dos moradores de Barrancos à Paranaguá ao longo do tempo.

Tempo oficial	Paralelos de “tradução”	Acesso à Paranaguá
Antes de 1926	Não havia a Estrada do Mar	- Via Pontal do Sul: - Andando ou com carro de boi até Pontal, de canoa a remo até Paranaguá - De canoa a remo em todo o trajeto
Entre 1926 e década de 1940	Havia a Estrada do Mar, porém não havia o ônibus	- Andando até Paranaguá - Via Pontal do Sul (idem ao item anterior)
Anos de 1940	“ <i>De uns tempo em diante</i> ” quando já havia o ônibus; idade do interlocutor nº 4	- Andando até Praia de Leste, de ônibus até Paranaguá (diário) - Via Pontal do Sul
Anos de 1950	Abertura da estrada do Guaraguaçu idade do interlocutor nº 4	- Ônibus “ <i>na curva dentro do mato</i> ” (diário)
Anos de 1970	idade do interlocutor nº 4, documento da prefeitura de Paranaguá anunciando o horário dos ônibus	- Basculante da prefeitura de Paranaguá (1 vez, 2 vezes por semana, diário)
Anos de 1980 (abertura da PR-412)	“ <i>De primeiro</i> ”	- Ônibus particular do proprietário do Hotel Atlântico em Pontal do Sul
	“ <i>Logo depois</i> ”	- Ônibus da Viação Graciosa

A partir dos anos 80, o turismo de veraneio na região de praias arenosas do atual município de Pontal do Paraná começou a crescer vertiginosamente. Junto com o turismo veio parte da infra-estrutura necessária (mercados, comércio de artigos diversos, farmácias) e o incremento da população residente. Como consequência da instalação de um centro urbano nos arredores de Barrancos, além das mudanças no modo de vida, a dependência de Paranaguá diminuiu.

O relativo isolamento geográfico de Barrancos foi diminuindo ao longo do tempo, conforme as formas de acesso foram sendo facilitadas. “*De primeiro*” os moradores iam para Paranaguá ocasionalmente, quando era necessário, dado as dificuldades da viagem. Conforme as estradas foram sendo abertas e pavimentadas, e a frequência e regularidade dos meios de transporte foram aumentando, o acesso à Paranaguá tornou-se também mais frequente, até o momento em que as visitas à “*cidade*” tornaram-se menos necessárias justamente porque uma nova cidade construiu-se nas vizinhanças da vila.

Para os moradores do Maciel, as idas à Paranaguá sempre foram realizadas apenas por meio marítimo. “*De primeiro*” havia apenas barcos a remo, a viagem de

10 km, com a maré a favor, durava entre 2h e 2h30min. Nos anos 60 alguns pescadores já tinham adquirido motores para seus barcos, o que diminuiu a duração da viagem à Paranaguá para uma hora, em média. Ainda hoje não há estradas que liguem a ponta do Maciel a algum centro urbano. Os moradores ainda são dependentes de Paranaguá, *“antes plantava e levava lá pra vendê, o peixe que matavam também, até hoje tem que ir lá pra vendê e comprá as coisa”*.

Aqui se pode perceber a primeira diferença entre as duas comunidades estudadas. Enquanto Barrancos passou de um extremo ao outro, de área muito isolada (antes de 1926) a área justaposta a centros balneários, o Maciel permaneceu relativamente estático, na mesma situação que se encontrava *“de primeiro”*, necessitando de embarcações para comercializar seus produtos e adquirir os insumos básicos à sobrevivência.

6.2 AS FORMAS DE SUBSISTÊNCIA

Para contar esta história as expressões *“de primeiro”* e *“antes”* foram interpretadas como referência a um momento histórico que se estende até a década de 1970. Interpretou-se desta forma pois os relatos eram de diferentes épocas que não puderam ser precisadas pois não envolviam eventos que pudessem servir como paralelos para a tradução. Desta maneira, optou-se por descrever aspectos gerais da vida dos interlocutores que caracterizem as comunidades e que possam minimamente contextualizar o “ponto de partida” para as transformações ocorridas a partir da década de 1970.

“De primeiro” em Barrancos, que tem orla voltada para mar aberto, o único tipo de pesca realizado era o arrastão de praia, possível apenas quando o mar *“tava bem manso”* devido à dificuldade em sair para o mar nas canoas de voga a remo. Era realizada em maior escala apenas na época da tainha (maio a julho) e na época de pescada branca (de outubro a dezembro). Assim, o comércio com Paranaguá era esporádico e dependia da época do ano e das condições do mar. Quando o *“mar tava manso eles [compradores do mercado municipal] já sabiam e mandavam o caminhão”* de Paranaguá para buscar os peixes que haviam sido pescados.

Neste contexto, a agricultura assumiu um grande peso na subsistência dos caiçaras de Barrancos, que pode ser ilustrado pela citação: *“antes vivia mais*

plantando que pescando". A agricultura era realizada para o consumo direto e o excedente ocasionalmente era comercializado.

As roças eram manejadas no sistema de pousio, assim como foi descrito para outras comunidades em diversos estudos anteriores (LANGOWISKI, 1973; CUNHA e ROUGEULLE, 1989; SPVS, 1995; LIMA, 1996). Primeiramente os locais eram queimados e roçados, com a plantação de uma ou várias culturas em consórcio, como a mandioca e o feijão. As árvores frutíferas e plantas medicinais eram mantidas nas roças ou transplantadas para as proximidades da vila. Após um ou dois anos este local era abandonado, pois *"a terra já fraqueava"* e fazia-se outra roça em um local distinto. Eram cultivados mandioca (com a qual era feita a farinha), aipim, banana, cará, batata, taiá, feijão, arroz, milho, cana, abacaxi, outras frutas e verduras.

Nas épocas de colheita e plantio eram realizados mutirões, que eram *"tipo uma festa"*. Para se fazer um mutirão era necessário chamar pessoas de outras vilas, *"pra juntar quinze era difícil"*. Os homens roçavam e abriam *"os buracos"* enquanto a mulheres plantavam a rama (mandioca ou aipim). Havia também mutirões para fazer a farinha, as *"farinhadas"*, que aconteciam dentro da comunidade, quando os moradores se juntavam para fazer farinha para uma determinada pessoa em um dia, depois para outra, e assim por diante.

Havia também, esporadicamente, a extração comercial de palmito e da caxeta, encomendados por compradores de Paranaguá que tinham autorização de exploração da proprietária legal do terreno, a Empresa Balneária Pontal do Sul (a partir de 1951), que exigia parte do pagamento como forma de arrendamento da área.

Já para os moradores do Maciel, a pesca sempre foi facilitada por sua posição geográfica (orla voltada para dentro da baía e protegida do vento sul). Isto se refletiu nas citações de alguns moradores: *"nois não vive de plantá, assim, pra sobreviver, só alguma coisinha, a nossa vida sempre foi a pesca"*. Além de algumas roças de subsistência, havia o cultivo de mandioca e abacaxi com objetivo comercial. Apesar disso, as plantações eram apenas para *"ajudar no sustento"*, já que a pesca era a atividade predominante.

Tanto com canoas a remo quanto a motor, a pesca sempre foi realizada diariamente e o ano todo, não dependendo de *"mar muito manso"*. Assim como a

pesca, a venda do pescado em Paranaguá também era diária, algumas vezes ocorrendo até duas vezes por dia, por não haver meios de refrigerar o “*peixe que matavam*”. Portanto, com estas visitas diárias, aparentemente muito regulares, os moradores do Maciel estavam todos os dias em Paranaguá. Neste contexto, as limitações com relação à comercialização e aquisição de produtos, evidentes em Barrancos, eram menores no Maciel.

À semelhança de Barrancos e em concordância com os resultados de COUTO (1989a), foi verificado neste estudo que as roças do Maciel eram manejadas no sistema de pousio, havia o manejo de plantas úteis para a proximidade das casas e a coleta de frutas no “mato”.

A partir de 1951 e com maior intensidade nos anos de 1960 e 1970, foi relatada em ambas as comunidades a pressão para abandono das roças exercida pela Empresa Balneária. Esta pressão deu-se de diversas formas, sendo muito comum a ameaça por força física além da corrupção de delegados e juizes. Os relatos das tentativas desta empresa de tirar os caiçaras de suas terras tornaram-se naturalmente um tema importante nas entrevistas abertas. Os interlocutores mostraram orgulho de ter conseguido permanecer em seus locais de origem.

Ainda nos anos de 1960, a comunidade de Barrancos, que pertence a uma só família, entrou com um pedido coletivo de usucapião (“*uso campeão*”), concedido em 1993. No Maciel apenas um morador entrou com processo de solicitação de usucapião, ainda hoje em andamento. Diferente de Barrancos, os moradores não reagiram em conjunto e desta maneira ficaram mais vulneráveis às ações da Balneária.

Em Barrancos, as leis ambientais foram citadas como a principal causa para o abandono das roças:

O que tirou o pessoal da lavoura foi as leis, a turma foi ficando com receio de fazê as coisa, o IBAMA já vinha e multava (...) antes era SUDEPE, já multava, foi tirando o brilho das coisa. (morador de Barrancos).

De acordo com a declaração acima, primeiro a SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), e depois o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), multavam os caiçaras pela manutenção das roças. No entanto, a SUDEPE, que foi criada pela Lei delegada n. 10 de outubro de

1962, tinha atribuições que visavam o desenvolvimento da pesca e ao auxílio aos pescadores. Esta lei menciona apenas que a SUDEPE poderá: “complementar, quando conveniente, a ação dos órgãos estaduais e exercer, supletivamente, a fiscalização do cumprimento das normas federais no âmbito de suas atribuições”. Em nenhum momento é atribuída na lei a função de fiscalização no que se refere aos recursos florestais. Além de que, não foram encontradas quaisquer regulamentações legais que impedissem os usos dados à Mata Atlântica (o Código Florestal de 65 não a menciona). Apenas em 1972 com a Conferência de Estocolmo a questão ambiental passa a ser discutida internacionalmente, em 1981, com a Política Nacional do Meio Ambiente, e 88, com a Constituição Federal, esta discussão é incorporada à legislação brasileira e somente em 1993 o Decreto Mata Atlântica efetivamente impedia os usos da floresta. Isto é um tanto questionável: não havia leis a serem fiscalizadas, e se houvesse, não seria atribuição da SUDEPE. Porém, a declaração do interlocutor é clara. Fica uma indagação: seriam os fiscais da SUDEPE “de mentira”?

Neste mesmo período, no Maciel há a diminuição da eficácia comercial da agricultura, justificada pelos moradores pelo solo arenoso (“*essa terra seco*”), pelos baixos preços de venda dos produtos, pela indisponibilidade dos meios de produzir a farinha e pelo aumento das pragas. Um morador justificou a baixa produtividade porque “*decerto (...) plantaram demais antes*”. Com base nesta fala pode-se comparar o processo que se deu nesta comunidade com àquele descrito por BOSERUP (1987), que relaciona o encurtamento do tempo de repouso da terra à expropriação das terras em pousio. Ou seja, a partir do momento em que a área de terras disponíveis ao cultivo diminui, seja pela pressão imposta pela Balneária ou pelas leis, os agricultores são obrigados a diminuir o tempo de pousio ou aumentar o tempo de cultivo da mesma parcela de solo. Em consequência, o controle de ervas daninhas pelo fogo torna-se ineficiente e outros métodos para preservação e recuperação da fertilidade são necessários, ou seja, o sistema torna-se menos

eficiente: um maior investimento de trabalho e dinheiro é necessário para produzir praticamente a mesma quantidade.

Estes fatores citados pelos moradores são causados e ao mesmo tempo retro-alimentam o processo de decadência da agricultura do litoral, já em andamento desde a década de 1930 e atribuída à expansão e tecnificação da agricultura no planalto - impedida no litoral pelos atributos ambientais - que gerou a entrada no mercado regional de produtos com preços mais competitivos (ANDRIGUETTO FILHO, 2002 e SPVS, 1995).

Contemporaneamente, a pesca é incentivada pelo governo na forma de programas de crédito e financiamento de motores, embarcações e redes de fibra sintética, promovidos pela EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) (ANDRIGUETTO FILHO, 1999). No Maciel, segundo os relatos, já havia barcos movidos a motor nos anos de 1960 e redes de nylon nos anos de 1970. Em Barrancos, os motores e redes de nylon só chegaram na década de 1980.

Para Barrancos, ao mesmo tempo em que as limitações técnicas à pesca são diminuídas, a demanda criada pelo turismo de veraneio (décadas de 80 e 90) foi decisiva para que a pesca adquirisse um caráter comercial: *“a turma começou a pescar mais quando deu mais movimento”, “daí agitou a vida da gente”*.

Portanto, entre a década de 1970 e 1990, em ambas as comunidades a agricultura, tanto comercial como para consumo direto, foi limitada, enquanto a pesca foi fomentada. A decadência da agricultura e ascensão da pesca é um processo geral observado em outras vilas caiçaras paranaenses por CUNHA E ROUGEULLE (1989), SPVS (1995), ANDRIGUETTO FILHO (1999) e ROTHEN (2003). SILVA (1993) apontou a ocorrência da especialização na pesca a partir da expropriação das terras dos caiçaras também para o litoral de São Paulo.

Após o auge da pesca, e talvez em sua conseqüência, inicia-se a decadência: *“agora tá uma crise de peixe que... Não matam quase nada a pesca tá fraco mesmo (...) sumiu tudo [os peixes] (...) (moradora do Maciel)”*.

Com esta *“crise de peixe”*, ainda nos anos de 1990, a pesca começa a ser abandonada em ambas as comunidades em favor de outras atividades com garantia

de renda fixa ou periódica, como a prestação de serviços para veranistas (caseiros, jardineiros, diaristas, comércio), trabalhos em marinas e no Porto de Paranaguá e outras atividades do terceiro setor. Atualmente, a maioria não pesca mais, os que ainda estão pescando é porque “*tão parado*”, desempregados. No Maciel a situação é um pouco mais delicada, já que para trabalharem em outras atividades, são obrigados a sair do Maciel e fixar moradia em Paranaguá (especialmente na Ilha do Valadares) ou em outras localidades de Pontal do Paraná. Uma moradora do Maciel justifica o abandono da pesca da seguinte maneira:

trabalhar de empregado, é mais difícil, não tem folga, não tem aposentadoria, mas é mais seguro. Pesca pra comê as vez, pesca pra renda não dá mais. É muito maltratoso a vida de pesca. Pra plantá é a mesma coisa, não pode roçá, corta o mato. O povo vai desistindo, indo embora; o que pode segura o povo aqui é emprego, que a pesca não dá. Eu falo pros meus filhos estudarem o quanto puderem que de pesca não dá pra vivê. (...) Antes já era uma vida sofrido (...) e cada dia que passa a pessoa tá vendo já não tem mais condições de pescá, tanto da lei, tanto da lei e a pessoa não pode mais pesca. (...) Antigamente chegava no mercado, chegava na beira do cais o povo comprava ali, agora não, tem que entregar na mão do gaivota [atravessador] (...) eles pagam como eles querem, ganham mais que o dobro. (...) Isso tudo já modificou tudo pro pescador. (...) Eu falo pros meus filhos (...) enquanto tá desempregado fica na pesca, mas quando arruma alguma coisa falo pra eles largarem essa vida de pesca. Compram terreno, alugam casas, eu falo, ‘você acha que de pesca você ia fazê isso meu filho?’

Atualmente, as antigas roças já estão quase extintas. Somente são mantidas por alguns integrantes mais velhos das comunidades. Em Barrancos, as roças de antigamente tornaram-se chácaras, além de haver mandioca, aipim e abacaxi, também há árvores frutíferas e flores. Não servem mais somente à alimentação, este é um objetivo secundário. O principal uso é não-material, o objetivo é ter um lugar pra cuidar das plantas, para se relacionar com elas.

A análise de ANDRIGUETTO FILHO (1999) a respeito das transformações dos sistemas técnicos de pesca no litoral paranaense corrobora a interpretação das transformações nas formas de subsistência apresentada neste trabalho. Segundo este autor, após o declínio da agricultura, devido à perda de competitividade no mercado, o grupo no qual está inserido a vila do Maciel passa a ter na pesca estuarina e marítima sua principal fonte de renda. Já o grupo de Barrancos também seria resultante dos processos de declínio da agricultura e ascensão da pesca. O autor verificou que “nos últimos anos”, fazendo referência aos anos anteriores à 1999, os moradores locais estavam sendo progressivamente afastados da pesca devido à pressão fundiária urbana, à especulação imobiliária turística e à evolução

do mercado de trabalho. Uma evidência disso é que a maior parte dos membros já não ganha mais a vida como pescadores, especialmente os mais jovens. A previsão adiantada pelo autor para ambas as vilas estudadas é que o desaparecimento da atividade pesqueira “parece não estar distante no futuro”. O atual abandono da pesca também foi observado na vila da Barra do Superagüi por ROTHEN (2003).

As informações a respeito das mudanças nas formas de subsistência das comunidades de Barrancos e Maciel estão sintetizadas nas tabelas 2 e 3 respectivamente.

Tabela 2: Formas de subsistência da comunidade de Barrancos ao longo do tempo.

TEMPO	BARRANCOS		
	Pesca	Agricultura e coleta de plantas	Comércio e serviços
<p>“De primeiro” ou “antes”, interpretados como “Até a década de 1970”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É possível apenas com o <i>“mar bem manso”</i> e ocorre com maior intensidade nas épocas da tainha e pescada branca - Há um comércio esporádico com Paranaguá conforme as épocas do ano e condições de mar 	<ul style="list-style-type: none"> - Há roças de subsistência manejadas no sistema de pousio - Há a coleta de frutos e manejo de árvores frutíferas para a proximidade das casas - Há a venda de palmito e caxeta para Paranaguá - Há o comércio do excedente 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca expressão, não foi citado
<i>“Antes vivia mais plantando que pescando”</i>			
<p>Década de 1970 “Perturbações”: Leis ambientais e Balneária</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Poucas mudanças 	<ul style="list-style-type: none"> - Há dificuldades para a manutenção das roças e atividades de coleta devido à pressão exercida pela Balneária e SUDEPE 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca expressão, não foi citado
<p>Décadas de 1980 e 1990 “Perturbações”: Construção da PR-412, turismo de veraneio, crescimento de Pontal do Paraná e novidades tecnológicas para a pesca</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Com as novidades tecnológicas há menos restrições quanto às condições de mar - Há um aumento da demanda pelo pescado no verão - Inicia-se a diminuição da produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> - Há um progressivo abandono das roças pela pressão da Balneária até 1993 - Com isto e com o aumento da pesca há a diminuição da importância para subsistência 	<ul style="list-style-type: none"> - Começa a ter importância como alternativa de renda
Aumento da pesca, diminuição da agricultura: as roças viram chácaras			
<p>Hoje (2006)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crise da pesca 	<ul style="list-style-type: none"> - Chácaras quase em extinção - Principal objetivo é simbólico 	<ul style="list-style-type: none"> - Torna-se a forma de renda com maior importância

Tabela 3: Formas de subsistência da comunidade do Maciel ao longo do tempo.

TEMPO	MACIEL		
	Pesca	Agricultura e coleta de plantas	Comércio e serviços
<p>“De primeiro” ou “antes”, interpretados como “Até a década de 1970”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Há poucas restrições à pesca, que era realizada o ano todo - O comércio com Paranaguá era regular e realizado diariamente 	<ul style="list-style-type: none"> - Há roças de mandioca e abacaxi manejadas no sistema de pousio com objetivo comercial - Há roças de subsistência - Há a coleta de frutos e manejo de árvores frutíferas para a proximidade das casas 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca expressão, não foi citado
A pesca tinha maior importância, as roças eram apenas <i>“pra ajudar no sustento”</i>			
<p>Década de 1970</p> <p>“Perturbações”: Leis ambientais, Balneária e novidades tecnológicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O aumento da pesca foi incentivado pelos motores e redes de nylon - Em oposição, há restrições legais por estarem em zona estuarina 	<ul style="list-style-type: none"> - Há dificuldades para a manutenção das roças e atividades de coleta devido à pressão exercida pela Balneária e SUDEPE - Há a diminuição da eficácia comercial da agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca expressão, não foi citado
<p>Décadas de 1980 e 1990</p> <p>“Perturbações”: Construção da PR-412, turismo de veraneio, crescimento de Pontal do Paraná e Paranaguá</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Novo mercado para venda do pescado 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação do processo iniciado na década de 1970 	<ul style="list-style-type: none"> - Começa a ter importância como alternativa de renda
<p>Hoje</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crise da pesca 	<ul style="list-style-type: none"> - Roças quase em extinção 	<ul style="list-style-type: none"> - Torna-se a forma de renda com maior importância - Emigração para Paranaguá e Pontal do Paraná

6.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Em Barrancos, em um primeiro momento, as plantações eram essenciais à sobrevivência e tinham grande importância no modo de vida dos moradores. Quando não estavam pescando, estavam nas roças. Naquele tempo *“era tudo com plantação. Até médico, (...) era tudo só com plantação”*. A praia, a roça e o mato eram importantes centros de convívio e locais de trabalho, onde havia a interação social e transmissão de valores. Todo o tempo ocupado nestes locais propiciava maiores laços de sociabilidade. As atividades realizadas eram essenciais para a reprodução da comunidade, no sentido biológico e social, na medida em que as relações eram criadas e mantidas nestes momentos, além de que se dependia destas relações para a produção da farinha, a construção de casas, os arrastos de praia, a caça, o plantio e a colheita. A solidariedade entre os membros da comunidade era necessária: *“quem tinha plantação dava pro outro quando outro não tinha”*.

Atualmente, os laços sociais da comunidade de Barrancos são mantidos e reproduzidos nos jogos de futebol do Barrancos Sport Clube, *“o maior campeão dos balneários”*, e no baile local. Além dos jogos promoverem a integração entre os moradores de balneários diferentes, também tem relevante função social. CUNHA e ROUGEULLE (1989) observaram que *“o futebol parece representar uma das principais atividades de lazer desenvolvidas pelos homens (...) revelando-se uma forma de intercâmbio entre as comunidades litorâneas”*. Apesar de desentendimentos entre algumas pessoas, percebeu-se uma forte coesão entre os moradores. Tais características podem ter contribuído para a manutenção e reprodução social de Barrancos no espaço e ao longo do tempo.

No Maciel, as plantações não constituíam um espaço tão essencial na reprodução social. Cada núcleo familiar cuidava de sua própria roça e tinha sua casa de farinha para processar a mandioca. Não foram citados mutirões ou *farinhadas*. Apesar de existir um *“campo da bola”* do Maciel, não foram citados jogos ou quaisquer outros eventos sociais nos quais a maioria dos moradores se envolva. Há muitos conflitos entre os habitantes e algumas situações do cotidiano demonstram isto. Enquanto os moradores *“de cima”* (que moram próximo a desembocadura do Rio Maciel) reclamam que a terra é seca e que por isso não *“dá nada”*, os de baixo falam que não *“dá nada”* *“em cima”* porque eles não plantam, preferem pedir: *“se*

plantasse, decerto que dava, como que pra nois aqui dá?”. As diferentes religiões também causam estranhamentos. Há claramente o conflito entre evangélicos e não evangélicos, *“os evangélicos aqui do Maciel são tudo falso (...) falam uma coisa e fazem outra”*. Há também conflitos entre os que se converteram e aqueles que apenas freqüentam os cultos esporadicamente. Todos esses conflitos criam um clima de desconfiança, refletida na reduzida coesão social entre os moradores locais, que não se vêem como comunidade. Um interlocutor declarou que *“aqui é uma tristeza, tem que tomá cuidado, pescador não vai pra frente por causa disso”*. Esta situação pode ser derivada da história da comunidade local, que sempre dependeu pouco de coesão social para a subsistência. A competição entre os moradores pode ter sido criada na medida em que a produção não era cooperativa e sim individual e voltada ao mercado. Adicionalmente, a própria distância entre a parte “de baixo” da comunidade para a “de cima”, que demanda pelo menos 10 minutos de caminhada por um trilha, dificulta a integração entre os moradores das duas partes da vila. Outro fator que deve ser considerado para entender esta situação são as relações de parentesco entre os moradores. Enquanto em Barrancos *“todo mundo é parente”*, pois descendem de três irmãos que *“de primeiro”* povoaram o local, o Maciel é composto por diversas famílias que não se reconhecem como parentes.

Esta mesma situação de “desunião” entre os moradores foi observada na vila da Barra do Superagüi (ROTHEN, 2003). As interpretações desta autora podem ajudar a entender melhor a situação similar vivida pela comunidade do Maciel. ROTHEN (2003) descreve conflitos muitas vezes decorrentes das diferentes religiões e desconfiança entre os moradores, com uma citação muito ilustrativa de uma moradora: *“aqui ninguém se une para nada; cada um vive por si, e quando se une, não dá certo”*. A autora parte do princípio que a origem variada dos moradores possa ter grande influência. Muitas famílias migraram para a Barra a partir dos anos 60 e provavelmente teriam restringido suas relações dentro da família. Quando restrita a um grupo familiar, a solidariedade não atinge a comunidade como um todo. Ela também atenta para a fofoca, que *“pareceu ser um dos principais ‘motores’ da vida comunitária”*. Baseada em Durkheim, interpreta isso como um mecanismo de regulação social: quando se tem alguma tentativa individual de violar as regras coletivas, há rapidamente uma reação do grupo, na forma da fofoca, no caso.

Portanto, há desunião na Barra do Superagüi no que se refere às redes de solidariedade e ajuda mútua, porém há união para as “trocas” de representações a respeito do que se considera válido como comportamento neste espaço social específico, há um “consenso” sobre o que é aceito e legítimo. SCIOCCHET (2005), também estudando a comunidade da Barra do Superagüi, igualmente menciona o “*ficar falado*” como um mecanismo de punição. Estas podem ser referências úteis para compreender e avaliar os conflitos existentes no Maciel. Ao mesmo tempo em que há divergências, também há relações que funcionam, como no caso do “empréstimo” de produtos das plantações. Algumas pessoas plantam e outras pedem, apesar das reclamações, quem planta não recusa a “doação”. Ainda que as observações realizadas sejam insuficientes para qualquer interpretação neste sentido, algumas nuances podem ser visualizadas.

Outro ponto importante que deixa evidente as diferenças entre as duas comunidades é a organização espacial. Em Barrancos a comunidade está concentrada em um pequeno aglomerado, com as casas muito próximas entre si. Esta proximidade das casas faz com que as visitas entre vizinhos sejam mais freqüentes. Para ir para à praia ou para as chácaras deve-se passar pela casa de várias pessoas si. Já as casas no Maciel estão dispostas todas de frente para o mar e relativamente distantes. Cada casa constitui um pequeno núcleo com o mar à frente e as plantações na parte de trás das casas. Assim, não é necessário passar pela casa de ninguém para o exercício das atividades do cotidiano. As visitas são mais difíceis, pois as casas estão mais distantes.

Estas formas de organização espacial dos dois povoamentos podem ser causa e conseqüência do desenvolvimento de relações mais ou menos solidárias entre os moradores. São causa na medida em que aproximam fisicamente as pessoas e seus espaços de vida e trabalho. Por outro lado podem ser conseqüência, na medida em que a própria organização espacial já pode ter sido resultante de antigos conflitos. Independentemente disto, a organização espacial das duas comunidades parece contribuir para as diferenças acima mencionadas.

A religião e, conseqüentemente, o modo de entender alguns fenômenos naturais e místicos também mudou nas últimas décadas. Foi observado que em ambas comunidades os caiçaras não praticavam (ou praticam) uma religião estrita. Em geral, eram (são) católicos, porém como a igreja na maior parte do tempo esteve

distante, o catolicismo praticado é uma mistura entre os preceitos católicos com práticas locais. SETTI (1985) define esta crença como catolicismo popular, enquanto LANGOWISKI (1973) a descreve como uma mistura dos “poucos conhecimentos religiosos com crendices e superstições na qual [o caiçara] acredita piamente”. O mundo era, e para alguns ainda é, povoado por santos, seres sobrenaturais e fenômenos místicos. Um exemplo é a citação de mau-olhados ou quebranto, que poderiam levar uma pessoa a adoecer. Os curadores e benzedeiros, além da cura física, também trabalhavam neste sentido; a utilização de algumas ervas muitas vezes era acompanhada de rezas e benzimentos. Porém, mais recentemente, a partir dos anos 80, o protestantismo começou a crescer em ambas as comunidades. A adoção de novas formas de religião levou a alguns desentendimentos pelo estilo de vida diferente que levam, algumas práticas que antes eram comuns são agora condenadas pelos protestantes. Estes conflitos entre protestantes e não protestantes em sociedades caiçaras são citados por diversos autores (SETTI, 1985; SPVS, 1995; ROTHEN, 2003 e DIEGUES, 2004).

A conversão, a partir do momento que traz uma nova maneira de entender o mundo e os fenômenos naturais, parece estar gerando conflitos nos mais velhos. As simpatias, os benzimentos e a utilização de algumas plantas para proteção agora não podem mais ser realizados, não são mais “reais”. O conhecimento acumulado durante a vida está em conflito com as “novas verdades”:

A arruda parece um imã, quanto tem coisa ruim, parece que põe um imã, onde passa a planta parece que tira aquilo, a igreja diz que não, mas não sei, os antigo acreditavam nisso (moradora do Maciel).

Os processos de decadência da agricultura, ascensão da pesca com posterior declínio e contemporâneo crescimento do setor de serviços como fonte de renda para os moradores do Maciel e de Barrancos levaram a modificações nas formas de organização social e representações das comunidades. O crescimento do turismo de veraneio ao mesmo tempo em que promove a modificação nas formas de subsistência e diminuiu o relativo isolamento dos caiçaras, traz um modo de vida diferente que acaba se tornando um modelo, principalmente para os mais novos.

A comunidade de Barrancos que antes era composta apenas pelos nativos, agora divide espaço com veranistas, passando a ser o “balneário Barrancos”. A mudança na paisagem é evidente e a diferença na arquitetura das casas de caiçaras

e veranistas é perceptível, inclusive pela existência de muros ou cercas. Antes eles não eram necessários e a propriedade dos terrenos era respeitada. No início da pesquisa foi observado que não existiam muros na comunidade, porém ao final do trabalho de campo, uma casa recém construída já apresentava um enorme muro que obstrui a antiga vista para o “mato” da casa de uma interlocutora. Mesmo os nativos, que estão mais afastados da pesca, já modificaram a arquitetura de suas casas e disposição e composição das plantas nos quintas. No Maciel há apenas três casas de pessoas “de fora”, porém, da mesma maneira que em Barrancos, as diferenças de arquitetura e a presença de cercas também são perceptíveis. CUNHA e ROUGEULLE (1989), ANGELO (1990) e ANDRIGUETTO FILHO (1999) também averiguaram que as cercas são uma novidade que vieram com os turistas.

A chegada dos turistas é marcada por uma dualidade, por um lado é vista pelos interlocutores como boa, pois se torna uma fonte alternativa de renda além de que:

[com o turismo] *mudou pra melhor, vende mais peixe, encontra mais pessoas, as vez uma coisa que a gente não pode resorvé o outro resorve pra gente, ajuda muito, ah.*

Porém por outro:

tem gente que vem pra cá pra atrapalhar, quando era só nois aqui era bom, não existia essa história de maconha, de cocaína, hoje em dia a gente anda de noite ai, agora, principalmente na temporada, já tá demais (...) Isso é uma perdição de Barrancos.

Esta mesma preocupação é demonstrada pela população do Maciel. Quando questionados a respeito da construção de uma estrada de acesso todos reconheceram que seria muito importante, pois as crianças poderiam ir mais facilmente à escola e o socorro seria mais rápido em casos de emergência. Entretanto, ao mesmo tempo há o receio, pois

pra lá já tem malocagem demais nessa vida de maconha, de coisa, vira-se pra cá, deus o livre menina, né. (...) anda pela vera da casa da gente, quebrando porta pra entra pra dentro, ladrão, (...) só pra se incomoda.

ROTHEN (2003) constatou na comunidade da Barra do Superagüi esta mesma dualidade com relação aos turistas, além da mesma representação da maconha e drogas como um dos males da juventude.

No novo cenário, o dinheiro, que antes era pouco acessível e quase desnecessário, torna-se mais acessível e essencial:

[antes] *a única coisa que faltava era o dinheiro*

(...) não tinha preocupação com dinheiro, levava uma vida tranqüila, não se preocupava com ninguém, fazia seu serviço por sua conta

Para o Maciel, outro fator cooperou na modificação da vida local: juntamente com as empresas do canteiro industrial instalou-se na Ponta do Poço nos anos de 1980 o “Cachaçal”, local onde funcionam vários bares e casas de prostituição. Segundo alguns interlocutores os maridos das filhas “perderam a cabeça” depois da instalação do Cachaçal e, aparentemente, depois disso começou a haver divórcios no Maciel¹¹.

Toda essa mudança ocorreu rapidamente em Barrancos e acaba sendo de certa maneira paradoxal para os mais velhos. Ao mesmo tempo em que acreditam que antigamente a vida era muito difícil, muito “sacrificosa” lembram-se dela com saudade. A resposta inicial quando perguntados a respeito da vida de antigamente foi, sem exceções: “muito difícil”. Porém, conforme as histórias eram contadas esta dualidade aparecia, e a vida difícil de antigamente, tornava-se boa e tranqüila.

Antes era uma liberdade muito grande, não tinha problema de imposto, nada, é um bicho do mato, né (...).

A vida era difícil, muito difícil, mas num certo ponto era muito bom, era bem calmo, não tinha esse movimento, não tinha nada. (...) É, agora a vida é muito tabulado, né (...).

Todas as transformações que ocorreram no estilo de vida, nos padrões estéticos, nos modelos e nas necessidades dos caiçaras são ilustradas pelo conflito de gerações, observado em ambas as comunidades a partir da perspectiva dos mais velhos. Há um sentimento geral que os “mais novo” são muito “acomodado”, “muito preguiçoso e muito luxuoso”, com a idéia generalizada de que hoje a vida está mais fácil e que os mais novos “reclamam de barriga cheia”.

De primeiro nois colhia cana, nois plantava feijão, nois plantava feijão, nois plantava mandioca, nois tinha farinha, nois plantava o arroz, nois plantava tudo, tinha tudo, né. Agora nessa mordomia de agora, é só no comprado (moradora de Barrancos).

¹¹ Obviamente esta não é uma causa direta e isolada.

[os mais novos querem tudo] *no pronto, máquina de lavá roupa, de secá roupa, na minha época era no valo, passei por tudo isso, por isso que a vida é sacrificoso* (moradora do Maciel).

“os mais novo não querem saber de nada, querem só bagunçá” (moradora de Barrancos).

A partir destas declarações pode-se inferir que as principais mudanças são as facilidades da vida moderna que tornam a vida menos *sacrificosa*, máquinas para auxiliar nas tarefas diárias e comércios onde os insumos básicos à sobrevivência são conseguidos mais facilmente.

Este conflito explícito entre gerações talvez possa ter sido incitado pelo fato da pesquisadora fazer parte do grupo dos *“mais novo”*. No entanto, estas declarações sempre eram realizadas referindo-se a terceiros e não diretamente à pesquisadora. Em um estudo realizado pela SPVS (1995) na Baía das Laranjeiras também foram registrados relatos neste mesmo sentido: *“hoje não plantam porque não querem suar a cara (...) [as moças] ficam em casa vivendo do ganho do marido”*.

7 AS PLANTAS NA VIDA DAS COMUNIDADES

Todas as transformações descritas no item anterior contribuíram para a mudança da relação das comunidades com a mata. As plantas que “*de primeiro*” eram imprescindíveis passam a ser dispensáveis no novo contexto; de disponíveis passam a proibidas.

Partindo destas idéias, no item 7.1 são apresentados os resultados a respeito dos usos materiais dados às plantas, no item 7.2 estão as informações a respeito do manejo e do conhecimento ecológico das comunidades e no item 7.3 são apresentadas as questões relativas aos usos não-materiais. É importante ressaltar que esta distinção entre uso material e não-material é puramente artificial e utilizada para facilitar a apresentação dos resultados, já que estas duas categorias estão fortemente imbricadas e são dependentes uma da outra.

7.1 USO DAS PLANTAS

Em Barrancos foram citadas 188 “*qualidades*” ou tipos de plantas, classificadas em cinco categorias de uso (Tab. 4). Dentre estas: 69 “*qualidades*” de plantas “*pra remédio*” (categoria de uso medicinal) que foram citadas 110 vezes por 8 interlocutores; 66 “*qualidades*” “*pra comê*” (uso alimentar) citadas 129 vezes por 8 interlocutores; 40 “*qualidades*” “*pra enfeito*” (uso paisagístico) citadas 49 vezes por 7 interlocutores; 9 “*qualidades*” para proteção, “*tirar mau-olhado*” e usos semelhantes (categoria uso místico) citadas 22 vezes por 5 interlocutores e 4 “*qualidades*” de plantas classificadas na categoria de outros usos (2,1%), que englobou os usos para construção (bambu nas cercas para hortas), como cosmético (guanxuma - *Sida rhombifolia* L. - e timbuva para lavar os cabelos e evitar a queda e caspa) e medicinal veterinário (canafritz para cegueira de cachorro).

Tabela 4: O uso das plantas em Barrancos

Uso	"Qualidades"		Citações		Interlocutores
Medicinal	69	36,7%	111	35,1%	8
Alimentar	66	35,1%	129	40,8%	8
Paisagístico	40	21,3%	49	15,5%	7
Místico	9	4,8%	21	6,6%	5
Outros	4	2,1%	6	1,9%	2
Total	188	100%	316	100%	10

Das 168 "qualidades" de plantas citadas em Barrancos, foram identificadas apenas 89 espécies (Tab. 5).

Tabela 5: Plantas citadas em Barrancos

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Hortelã	Me	Col.	e	<i>Mentha x villosa</i> Huds Lamiaceae	7
Maracujá-guaçu	Al	Foto	e	<i>Passiflora edulis</i> Sims Passifloraceae	6
Abacate	Al, Me	Col.	e	<i>Persea americana</i> Mill. Lauraceae	6
Goiaba	Al, Me	Col.	n	<i>Psidium guajava</i> L. Myrtaceae	6
Laranja	Al, Me	Col.	e	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck Rutaceae	6
Pitanga	Al, Me	Col.	n	<i>Eugenia uniflora</i> L. Myrtaceae	6
Pimenta	Al, Mi	Foto	n	<i>Capsicum sp.</i> Solanaceae	6
Arruda	Mi, Me	Foto	e	<i>Ruta graveolens</i> L. Rutaceae	6
Alfavaca	Al	Col.	e	<i>Ocimum basilicum</i> L. Lamiaceae	5
Cebolinha verde	Al	Foto	e	<i>Allium fistulosum</i> L. Liliaceae	5
Salsinha	Al, Me	Foto	e	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nyman ex A.W. Hill Apiaceae	5
Tanchais	Me	Col.	esp	<i>Plantago australis</i> Lam. Plantaginaceae	5
Alho	Mi, Me	Foto	e	<i>Allium sativum</i> L. Liliaceae	5
Ameixa	Al	Col.	e	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl. Rosaceae	4

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Familia	Cit.
Araçá amarelo	Al	Col.	n	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine Myrtaceae	4
Limão branco	Al	Col.	e	<i>Citrus aurantifolia</i> (Christm.) Swingle Rutaceae	4
Palmito Juçara	Al	Foto	n	<i>Euterpe edulis</i> Mart. Arecaceae	4
Guapê	Al, Me	Foto	e	<i>Eugenia jambolana</i> Lam Myrtaceae	4
Mimosa	Al, Me	Col.	e	<i>Citrus reticulata</i> Blanco Rutaceae	4
Quebra-pedra	Me	Col.	esp	<i>Phyllanthus niruri</i> L. Euphorbiaceae	4
Alecrim	Me, Al	Foto	e	<i>Rosmarinus officinalis</i> L. Lamiaceae	4
Caju	Al	Col.	n	<i>Anacardium occidentale</i> L. Anacardiaceae	3
Coentro	Al	N/Col.	-	Indeterminado	3
Mamão	Al	Foto	e	<i>Carica papaya</i> L. Caricaceae	3
Bacupari	Al, Me	Col.	n	<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi Clusiaceae	3
Chuchu	Al, Me	Foto	e	<i>Sechium edule</i> SW. Cucurbitaceae	3
Capim-limão	Me	Col.	e	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf Poaceae	3
Erva tostão	Me	Col.	n	<i>Boerhavia diffusa</i> L. Nyctaginaceae	3
Grovatim	Me	Col.	n	<i>Cordia verbenacea</i> DC. Boraginaceae	3
Marcela	Me	Foto	n	<i>Achyrocline satyroides</i> Lam DC. Asteraceae	3
Erva santa	Me, Al	Col.	-	Indeterminado	3
Guiné	Mi	N/Col.	n	Indeterminado	3
Espada de S. Jorge	Mi, Pa	Foto	e	<i>Sansevieria trifasciata</i> var. <i>Laurentii</i> (De Wild) N. E. Br. Liliaceae	3
Trepadeira	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	3
Abacaxi	Al	Foto	n	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merri. Bromeliaceae	2
Aipim	Al	Col.	n	<i>Manihot esculenta</i> Crantz Euphorbiaceae	2
Caqui	Al	Col.	e	<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A. Robyns Bombacaceae	2
Colorau	Al	N/Col.	-	Indeterminado	2
Couve	Al	Foto	e	<i>Brassica oleracea</i> L. Brassicaceae	2
Jaca	Al	N/Col.	e	Indeterminado	2
Manjeriçã	Al	N/Col.	-	Indeterminado	2
Pimentão	Al	N/Col.	-	Indeterminado	2
Tomate	Al	Foto	n/e	<i>Lycopersicon esculentum</i> Mill. Solanaceae	2

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Familia	Cit.
Abóbora	Al, Me	Foto	e	<i>Cucurbita moschata</i> Duschene Cucurbitaceae	2
Amora	Al, Me	Col.	e	<i>Morus nigra</i> L. Moraceae	2
Aroeira	Al, Me	Foto	n	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi Anacardiaceae	2
Sálvia	Al, Me	Foto	e	<i>Salvia officinalis</i> L. Lamiaceae	2
Tucum	Al, Me	Foto	n	<i>Astrocaryum aculeatum</i> G. Mey. Arecaceae	2
Palmeira real	Al, Pa	Foto	e	<i>Roystonea oleracea</i> (Jacq.) O.F. Cook Arecaceae	2
Palmeirão	Al, Pa	N/Col.	-	Indeterminado	2
Boldo do chile	Me	Col.	e	<i>Plectranthus neochilus</i> Schlechler Lamiaceae	2
Chá de gozo	Me	Col.	n	<i>Senna occidentalis</i> L. Link Fabaceae	2
Erva cidreira	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Erva-doce	Me	Foto	e	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill. Apiaceae	2
Fedegoso	Me	Col.	?	<i>Solanum</i> sp. Solanaceae	1
Figatil	Me	Col.	e	<i>Vernonia</i> sp. Aristolochia	2
Insulina	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Pata de vaca	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Penicilina	Me	Col.	n	<i>Alternanthera</i> sp Amaranthaceae	2
Pico-pico do amarelo	Me	Foto	n	<i>Bidens pilosa</i> L. Asteraceae	2
Pimenta de galinha	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Poejo	Me	Foto	e	<i>Mentha pulegium</i> L. Lamiaceae	2
Sete sangrias	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Café amarelo	Me, Pa	Foto	-	Rubiaceae	2
"Planta que dá sorte"	Mi	Foto	e	<i>Polyscias fruticosa</i> (L.) Harms Araliaceae	2
Comigo ninguém pode	Mi	N/Col.	-	Indeterminado	2
Dinheiro-vivo	Mi, Pa	Foto	e	<i>Plectranthus nummularius</i> Briq. Lamiaceae	2
Canafritz	Ou	N/Col.	-	Indeterminado	2
Guaxuma	Ou	Col.	n	<i>Sida rhombifolia</i> L. Malvaceae	2
Açucena	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	2
Dama da noite	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	2
Flor de maio	Pa	Foto	n	<i>Schlumbergera truncata</i> (Haw.) Moran Cactaceae	2
Malva	Pa	Foto	n	<i>Pelargonium hortorum</i> L. H. Bailey Geraniaceae	2

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Familia	Cit.
Orquídea	Pa	Foto	-	Orchidaceae	2
Pipoquinha Onze-horas	Pa	Foto	n	<i>Portulaca grandiflora</i> Hook. Portulacaceae	2
Sapateira	Pa	Foto	e	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L. Malvaceae	2
Almeirão	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Amendoim	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Araçá vermelho	Al	N/Col.	n	Indeterminado	1
Banana	Al	Foto	e	<i>Musa paradisiaca</i> L. Musaceae	1
Beterraba	Al	Foto	e	<i>Beta vulgaris</i> L. Chenopodiaceae	1
Cacau "natural daqui"	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Cana	Al	Foto	e	<i>Saccharum officinarum</i> L. Poaceae	1
Cará	Al	Foto	?	<i>Dioscorea</i> sp. Dioscoreaceae	1
Carambola	Al	Foto	e	<i>Averrhoa carambola</i> L. Oxalidaceae	1
Cebola	Al	Foto	e	<i>Allium cepa</i> L. Liliaceae	1
Cenoura	Al	Foto	e	<i>Daucus carota</i> L. Apiaceae	1
Espinafre	Al	Foto	?	<i>Spinacia oleracea</i> L. Chenopodiaceae	1
Feijão	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Fruta do conde	Al	Foto	e	<i>Annona squamosa</i> L. Annonaceae	1
Guaraná	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Hortelã branca	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Jambro	Al	Col.	e	<i>Eugenia jambos</i> L. Myrtaceae	1
Limão galego	Al	Col.	e	<i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f. Rutaceae	1
Louro	Al	Foto	e	<i>Laurus nobilis</i> L. Lauraceae	1
Manjerona	Al	Foto	e	<i>Origanum majorana</i> L. Lamiaceae	1
Melancia	Al	Foto	e	<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad. Ex Eckl. & Zeyh. Cucurbitaceae	1
Morango	Al	Foto	?	<i>Fragaria vesca</i> L. Rosaceae	1
Osmarin	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pepino	Al	Foto	e	<i>Cucumis sativus</i> L. Cucurbitaceae	1
Pimenta pico de gato	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Repolho	Al	Foto	e	<i>Brassica oleracea</i> var. <i>capitata</i> L. Brassicaceae	1

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Salsão	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Taiarana (Taiá)	Al	Foto	e	<i>Colocasia gigantea</i> (Blume) Hookf. Araceae	1
Alcanfora	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Alevante	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Algodão	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Amora de espinho	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Babosa	Me	Foto	n	<i>Aloe arborescens</i> Mill. Liliaceae	1
Barba de laranjeira	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Barcelona	Me	Col.	-	Indeterminado	1
Barereçô	Me	Col.	-	Lamiaceae	1
Boldo	Me	Col.	e	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews Lamiaceae	1
Capim-gordura	Me	Foto	e	<i>Melinis minutiflora</i> P. Beauv. Poaceae	1
Catinga de mulata	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Chapéu de couro	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Erva de lagarto	Me	Col.	?	<i>Diodia cf. radula</i> (Willd. & Hoffmanns. ex Roem. & Schult.) Cham. & Schtdl. Rubiaceae	1
Erva do bicho	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Espinheira-santa	Me	Col.	e	<i>Maytenus ilicifolia</i> (Schrad.) Planch. Celastraceae	1
Eucalipto	Me	Foto	e	<i>Eucalyptus</i> sp. Myrtaceae	1
Gengibre	Me	Foto	e	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe Zingiberaceae	1
Embaúva	Me	Foto	n	<i>Cecropia hololeuca</i> Miq Cecropiaceae	1
Jarová	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Malva-cheirosa	Me	Col.	?	<i>Pelargonium</i> sp. Geraniaceae	1
Manduvirana	Me	Foto	-	Liliaceae	1
Mão de Deus	Me	Col.	-	Indeterminado	1
Parispele da praia	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pé de galinha	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pega-pega	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pico-pico do branco	Me	Col.	n	<i>Bidens alba</i> (L.) DC. Asteraceae	1
Pontalive	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Vassourinha	Me	Col.	n	<i>Scoparia dulcis</i> L. Scrophulariaceae	1
Zig da praia	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Planta de santo	Mi	N/Col.	-	Indeterminado	1
Bambu bandeira	Ou	N/Col.	-	Indeterminado	1
Timbuva	Ou	N/Col.	-	Indeterminado	1
Aleluia	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Antúrio da paz	Pa	Foto	e	<i>Spathiphyllum wallisi</i> Regel Araceae	1

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Arca de adão	Pa	Foto	e	<i>Monbtera deliciosa</i> Liebm. Araceae	1
Azaléia	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Beijo	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Bromélia	Pa	N/Col.	-	Bromeliaceae	1
Bunina-rosa	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Cacau da baía	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Cacto	Pa	N/Col.	-	Cactaceae	1
Chifre de vedó	Pa	Foto	e	<i>Platynerium bifurcatum</i> (Cav.) C. Chr. Polypodiaceae	1
Chifreira	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Costela de adão	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Dália	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Espada de S. Rita	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Girassol	Pa	Foto	e	<i>Helianthus sp.</i> Asteraceae	1
Manga	Pa	Foto	e	<i>Mangifera indica</i> L. Anacardiaceae	1
Nhacatirão	Pa	Foto	n	<i>Tibouchina trichopoda</i> Baill. Melastomataceae	1
Palma	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Papaguela	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pé de anta	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pinheirinho	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pinho	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Pita	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Rabo de galo	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Rosa	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Trevo da paz	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1
Trevo roxo	Pa	N/Col.	-	Indeterminado	1

Legenda: “Uso” refere-se às formas de uso dados as plantas: alimentar (“Al”), medicinal (“Me”), místico (“Mi”), paisagístico (“Pa”) e outros (“Ou”); “Id.” refere-se às formas de identificação das plantas: Col. (planta coletada), Foto (identificação por meio de fotografia) e N/Col. (planta não coletada); “n/e” refere-se às classificações em plantas nativas (“n”) ou exóticas (“e”) presentes na literatura; “Cit.” refere-se ao número de vezes que a planta foi citada.

Obs: A denominação “nhacatirão” refere-se a diversas espécies do gênero *Tibouchina* Aubl.; a denominação “bromélia” refere-se a diversas espécies da família Bromeliaceae; a denominação “cacto” refere-se a diversas espécies da família Cactaceae e a denominação “orquídea” refere-se a diversas espécies da família Orchidaceae.

No Maciel, foram citadas 150 “qualidades” de plantas, sendo: 65 “pra remédio” citadas 119 vezes por 12 interlocutores, 59 “pra comê” citadas 129 vezes por 12 interlocutores, 15 “de enfeite” citadas 17 vezes por 5 interlocutores, 5 para a construção de casas, barcos e cercas (categoria de usos na construção) citadas 7 vezes por 3 interlocutores, 2 para proteção e usos semelhantes citadas 3 vezes por 2 interlocutores e 4 com usos diversos, como cosmético - timbuva para lavar os cabelos e evitar a queda e caspa -, na conservação de redes de pesca de algodão

tintura de canapuva - *Rhizophora mangle* L. - e uso medicinal associado ao místico, especialmente nos benzimentos (Tab. 6).

Tabela 6: O uso das plantas no Maciel

Uso	“Qualidades”		Citações		Interl.
	n	%	n	%	
Medicinal	65	43,3%	119	42,7%	12
Alimentar	59	39,3%	129	46,2%	12
Paisagístico	15	10,0%	17	6,1%	5
Construção	5	3,3%	7	2,5%	4
Outros	4	2,7%	4	1,4%	3
Místico	2	1,3%	3	1,1%	2
Total	150	100%	279	100%	16

Das 151 “qualidades” de plantas citadas no Maciel, apenas 82 foram identificadas (Tab. 7).

Tabela 7: Plantas citadas no Maciel

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Goiaba	Al, Me	Col.	n	<i>Psidium guajava</i> L. Myrtaceae	10
Banana	Al	Foto	e	<i>Musa sp.</i> Musaceae	9
Abacate	Al, Me	Col.	e	<i>Persea americana</i> Mill. Lauraceae	9
Boldo (duas “qualidades”, do grande e do pequeno)	Me	Col.	e	<i>Plectranthus barbadus</i> Andrews e <i>Plectranthus neochilus</i> Schlechler Lamiaceae	8
Hortelã	Me	Col.	e	<i>Mentha x villosa</i> Huds Lamiaceae	8
Penicilina / Miracelina	Me	Col.	n	<i>Alternanthera sp.</i> Amaranthaceae	7
Laranja	Al	Col.	e	<i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck Rutaceae	6
Araçá	Al, Me	Col.	n	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine Myrtaceae	6
Café	Al, Me	Foto	e	<i>Coffea arabica</i> L. Rubiaceae	6

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Capim-limão	Me	Col.	e	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf Poaceae	6
Tanchais	Me	Col.	e	<i>Plantago australis</i> Lam. Plantaginaceae	6
Alfavaca	Al	Col.	e	<i>Ocimum basilicum</i> L. Lamiaceae	5
Abacaxi	Al, Me	Foto	n	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merri. Bromeliaceae	5
Aipim	Al, Me	Col.	n	<i>Manihot esculenta</i> Crantz Euphorbiaceae	5
Caju	Al, Me	Col.	n	<i>Anacardium occidentale</i> L. Anacardiaceae	5
Limão	Al	Foto	-	<i>Citrus</i> sp.1 Rutaceae	4
Bacupari	Al, Me	Col.	n	<i>Garcinia gardneriana</i> (Planch. & Triana) Zappi Clusiaceae	4
Cana	Al, Me	Foto	e	<i>Saccharum officinarum</i> L. Poaceae	4
Mimosa	Al, Me	Col.	e	<i>Citrus reticulata</i> Blanco Rutaceae	4
Barereço	Me	Col.	-	Lamiaceae	4
Jabutitana	Me	N/Col.	-	Indeterminado	4
Quebra-pedra	Me	Col.	n	<i>Phyllanthus niruri</i> L. Euphorbiaceae	4
Arruda	Mi, Al, Me	Foto	e	<i>Ruta graveolens</i> L. Rutaceae	4
Ameixa	Al	Col.	e	<i>Eriobotrya japonica</i> (Thunb.) Lindl. Rosaceae	3
Maracujá	Al	Foto	n	<i>Passiflora edulis</i> Sims Passifloraceae	3
Erva do bicho	Me	N/Col.	-	Indeterminado	3
Figatil	Me	Col.	e	<i>Vernonia</i> sp. Compositae	3
Milome	Me	Col.	n	<i>Aristolochia paulistana</i> Hoehne Aristolochiaceae	3
Cará	Al	Foto	?	<i>Dioscorea</i> sp. Dioscoreaceae	2
Cheiro verde	Al	Foto	e	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Nyman ex A.W. Hill Apiaceae	2
Gengibre	Al	Foto	e	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe Zingiberaceae	2
Jabuticaba	Al	Foto	n	<i>Myciaria cauliflora</i> Berg. Myrtaceae	2
Jaca	Al	N/Col.	-	Indeterminado	2
Laranja lima	Al	Foto	e	<i>Citrus</i> sp.5 Rutaceae	2
Mamão	Al	Foto	e	<i>Carica papaya</i> L. Caricaceae	2
Pimenta	Al	Foto	n	<i>Capsicum</i> sp. Solanaceae	2

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Pitanga	Al	Col.	n	<i>Eugenia uniflora</i> L. Myrtaceae	2
Uva	Al	Foto	e	<i>Vitis vinifera</i> L. Vitaceae	2
Chuchu	Al, Me	Foto	e	<i>Sechium edule</i> SW. Cucurbitaceae	2
Mostarda	Al, Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Palmito Juçara	Al, Ou	Foto	n	<i>Euterpe edulis</i> Mart. Arecaceae	2
Abóbora	Me	Foto	e	<i>Cucurbita moschata</i> Duschene Cucurbitaceae	2
Aipo	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Cambará	Me	Col.	n	<i>Lantana cf. camara</i> L. Verbenaceae	2
Erva cidreira	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Erva-doce	Me	Foto	e	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill. Apiaceae	2
Rosa branca	Me	Foto	e	<i>Rosa x grandiflora</i> Hort. Rosaceae	2
Sabugueiro	Me	N/Col.	-	Indeterminado	2
Saião	Me, Pa	N/Col.	-	Indeterminado	2
Bambu	Ou	N/Col.	-	Indeterminado	2
Guanandi	Ou	N/Col.	-	Indeterminado	2
Manga	Pa	Foto	e	<i>Mangifera indica</i> L. Anacardiaceae	2
Orquídeas	Pa	N/Col.	-	Orchidaceae	2
Abobrinha	Al	Foto	e	<i>Cucubirta pepo</i> L. Cucurbitaceae	1
Abriçó	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Alface	Al	Foto	e	<i>Lactuca sativa</i> L. Compositae	1
Almeirão	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Amendoim	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Amora	Al	Col.	e	<i>Morus nigra</i> L. Moraceae	1
Banana-maça	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Brocols	Al	Foto	?	<i>Brassica oleracea</i> var. <i>italica</i> Plenck Brassicaceae	1
Café Mooca	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Cambuca	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Guapê	Al	Foto	e	<i>Eugenia jambolana</i> Lam Myrtaceae	1
Ingá	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Ingá (2)	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Jabuticaba branca	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Jaruvá	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Juá	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Laranjinha	Al	Col.	e	<i>Citrus</i> sp.2 Rutaceae	1

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Limão galego	Al	Col.	e	<i>Citrus</i> sp.3 Rutaceae	1
Limão rosa	Al	Col.	e	<i>Citrus</i> sp.4 Rutaceae	1
Mandioca cascuda	Al	N/Col.	n	Indeterminado	1
Melancia	Al	Foto	e	<i>Citrullus lanatus</i> Schrad. Ex Eckl. & Zeyh. Cucurbitaceae	1
Morango	Al	Foto	?	<i>Fragaria vesca</i> L. Rosaceae	1
Pé de Conde	Al	Foto	e	<i>Annona squamosa</i> L. Annonaceae	1
Pimenta de cheiro	Al	N/Col.	-	Indeterminado	1
Repolho	Al	Foto	e	<i>Brassica oleracea</i> var. <i>capitata</i> L. Brassicaceae	1
Rúcula	Al	Foto	?	<i>Eruca sativa</i> Mill. Brassicaceae	1
Taiá	Al	Foto	e	<i>Colocasia</i> cf. <i>esculenta</i> (L.) Schott Araceae	1
Tomate	Al	Foto	n	<i>Lycopersicon esculentum</i> Mill. Solanaceae	1
Tucum	Al	Foto	n	<i>Astrocaryum aculeatum</i> G. Mey. Arecaceae	1
Abuto	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Amora branca	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Anador	Me	Col.	?	<i>Alternanthera</i> sp.2 Amaranthaceae	1
Aroeira	Me	Col.	n	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi Anacardiaceae	1
Azedinha	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Babosa	Me	Foto	n	<i>Aloe arborescens</i> Mill. Liliaceae	1
Barba de pau	Me	Foto	-	<i>Tillandsia usneoides</i> L. Bromeliaceae	1
Calipto	Me	Foto	e	<i>Eucalyptus</i> sp. Myrtaceae	1
Carqueja	Me	Foto	n	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC. Asteraceae	1
Cebola	Me	Foto	e	<i>Allium cepa</i> L. Liliaceae	1
Embaúva	Me	Foto	n	<i>Cecropia hololeuca</i> Miq Cecropiaceae	1
Endro	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Erva de galinha	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Erva de passarinho	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Erva de Santa Maria	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Erva tostão	Me	Col.	n	<i>Boerhaavia diffusa</i> L. Nyctaginaceae	1
Gelol	Me	Foto	?	<i>Polygala</i> cf. <i>cyparissias</i> A. St.-Hil. & Moq. Polygalaceae	1

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
Grovatim	Me	Col.	n	<i>Cordia verbenacea</i> DC. Boraginaceae	1
Guaco	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Jerová	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Lima catinga	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Losna	Me	N/Col.	-	Indeterminado	1
Manduvirana	Me	Foto	-	Liliaceae	1
Marcela galega	Me	Foto	n	<i>Achyrocline saturoides</i> Lam DC. Asteraceae	1
Milho	Me	Foto	e	<i>Zea mays</i> L. Poaceae	1
Palitaria	Me	N/col.	-	Indeterminado	1
Pé de gozo	Me	Col.	n	<i>Senna occidentalis</i> L. Link Fabaceae	1
Pimenta de galinha	Me	N/col.	-	Indeterminado	1
Rama	Me	Col.	n	<i>Manihot esculenta</i> Crantz Euphorbiaceae	1
Ruibardo	Me	N/col.	-	Indeterminado	1
Salva	Me	Foto	n	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N. E. Br Verbenaceae	1
Sene	Me	N/col.	-	Indeterminado	1
Trepoiava	Me	N/col.	-	Indeterminado	1
Comigo ninguém pode	Mi	N/col.	-	Indeterminado	1
Canapuva	Ou	Foto	n	<i>Rhizophora mangle</i> L. Rhizophoraceae	1
Guapuruvú	Ou	N/col.	-	Indeterminado	1
Murta	Ou	N/col.	-	Indeterminado	1
Nhacatiró de copada	Ou	Foto	n	<i>Miconia cinnamomifolia</i> (De Candolle) Naudin Melastomataceae	1
Saróva	Ou	N/col.	-	Indeterminado	1
Timbuva	Ou	N/col.	-	Indeterminado	1
Vaga	Ou	N/col.	-	Indeterminado	1
Açucena	Pa	N/col.	-	Indeterminado	1
Árvore da flor roxa	Pa	Foto	e	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L. Malvaceae	1
Cacau	Pa	N/col.	-	Indeterminado	1
Chuveiro	Pa	Foto	n	<i>Begonia coccinea</i> Hock. Begoniaceae	1
Cravinho	Pa	N/col.	-	Indeterminado	1
Jasmim	Pa	N/col.	-	Indeterminado	1
Margarida	Pa	Foto	n	<i>Bellis perennis</i> L. Asteraceae	1
Marmelo	Pa	N/col.	-	Indeterminado	1
Onze-hora	Pa	Foto	n	<i>Portulaca grandiflora</i> Hook. Portulacaceae	1
Pinheiro	Pa	Foto	n	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze Araucariaceae	1
Rosa	Pa	N/col.	-	Indeterminado	1

Nome comum	Uso	Id.	n/e	Nome científico Família	Cit.
------------	-----	-----	-----	----------------------------	------

Legenda: “Uso” refere-se às formas de uso dados as plantas: alimentar (“Al”), medicinal (“Me”), místico (“Mi”), paisagístico (“Pa”) e outros (“Ou”); “Id.” refere-se às formas de identificação das plantas: Col. (planta coletada), Foto (identificação por meio de fotografia) e N/Col. (planta não coletada); “n/e” refere-se às classificações em plantas nativas (“n”) ou exóticas (“e”) presentes na literatura; “Cit.” refere-se ao número de vezes que a planta foi citada.

Obs: A denominação “bromélia” refere-se a diversas espécies da família Bromeliaceae e a denominação “orquídea” refere-se a diversas espécies da família Orquidaceae.

Conforme mostram as tabelas 5 e 7, as plantas citadas foram, quando possível, categorizadas como nativas ou exóticas com base na bibliografia utilizada para a identificação, isto porque os entrevistados não diferenciam estas duas categorias. O conceito de nativo, para eles, diz respeito àquela planta, ou outros seres, que nasceram ali, naquele lugar. Neste caso, todas as plantas que ali nasceram são nativas. “Ah, o guapê (*Eugenia jambolana* Lam)¹² é nativo daqui mesmo, de uns tempo pra cá que começô a ter, antes não via muito dele”. O conceito “exótico” também não existe tal como é significado no contexto científico. Assim, para eles, não há distinção rígida entre o que pertence ou não à categoria “natural” daquela região.

Em campo, foi observado que a forma de organização do espaço e do trabalho entre gêneros é semelhante ao descrito por AMOROZO e GELY (1988) para os caboclos do Pará. De um modo geral, a mulher domina melhor o conhecimento das plantas que crescem próximo a casa, já que a casa é o seu domínio, enquanto os homens conhecem mais as plantas do mato. Portanto, o quintal é trabalhado e conhecido pela mulher, o sítio é manejado pelos dois sexos, enquanto a mata é mais explorada pelo homem. Algumas situações em campo evidenciaram claramente esta divisão. Um interlocutor no Maciel, ao ser perguntado a respeito das plantas utilizadas declarou que “esse negócio de planta é com a mulher aí, se fosse de pesca era comigo”, possivelmente porque as plantas utilizadas com maior frequência estão no quintal próximo a casa. Apesar disso, citou várias plantas utilizadas na pesca e na construção, estas últimas, em sua maioria, retiradas do mato. Em geral as mulheres não vão pro mato a não ser que seja

¹² Planta de origem asiática, mais especificamente indiana.

estritamente necessário, pois ele é visto como perigoso; além dos animais peçonhentos, tem que se ir de calça, pois “o mato arranha tudo as perna”¹³.

Estas diferenças de gênero tiveram reflexos nas citações de uso das plantas. Em Barrancos, onde houve apenas um interlocutor do sexo masculino, cujas “conversas” não se referiram ao uso das plantas e sim a outros temas, apenas o bambu foi citado como utilizado na construção, e no uso como cerca para o quintal, domínio claramente feminino. Já no Maciel, onde quatro homens foram interlocutores (destes, dois eram especialistas), as plantas com uso na construção totalizaram sete citações, incluindo aquelas utilizadas para a construção de casas, canoas e cercas para “engordar” caranguejo (atividades masculinas).

As citações a respeito das plantas com fim alimentício, místico e paisagístico consistiram, em geral, naquelas “qualidades” que eles têm e que durante as entrevistas puderam ser visualizadas. Já as citações de plantas medicinais não têm uma relação tão forte com o fato de se ter as plantas nos quintais. Elas dependeram mais da memória do entrevistado e referem-se ao que eles sabem.

Neste sentido, a quantidade de citações e tipos de plantas pode dar indícios do conhecimento de uso presente nas comunidades. No entanto, não se pode assumir que o número de citações tenha correlação direta com o uso das plantas. Um exemplo são as plantas medicinais, que apesar de terem sido muito citadas são utilizadas apenas quando há necessidade, isto é, em caso de doença. Apesar de conhecido o tratamento por meio de ervas para o sarampo, por exemplo, estas apenas serão usadas efetivamente quando esta doença se manifestar.

Outra questão é relativa às plantas alimentares. Se havia árvores frutíferas nos quintais, então eles citaram aquelas plantas porque as visualizaram durante a entrevista ou porque realmente as usam? Esta questão é pertinente, pois se por um lado houve algumas declarações de que quando queriam frutas, mandavam “*buscar na cidade*”, por outro foi observada a ingestão e coleta de algumas frutas da época.

Levantar estas indagações é importante para que se tenha cuidado ao interpretar os resultados deste trabalho, pois apenas a quantidade de citações ou de tipos de plantas não é suficiente para inferir um uso intensivo. Isto pode estar ligado às transformações ocorridas nas últimas décadas, que modificaram a relação com

¹³ A palavra mato pode se referir tanto ao local “mato”, quanto às plantas com características mais “selvagens”.

as plantas e são evidenciadas pelo conflito de gerações já apresentado no item 6. Convivem os *mais velhos* que viveram grande parte de suas vidas dependendo das plantas para a subsistência e os *mais novos* que já nasceram em um novo contexto onde as plantas são dispensáveis. Portanto, ao mesmo tempo em que o conhecimento presente na comunidade é grande, por contribuição dos mais velhos, o uso pode não ser. Outras considerações a respeito deste tema são realizadas ao longo do trabalho, durante a apresentação mais detalhada dos resultados.

As plantas para alimentação foram as mais citadas em ambas as comunidades. Esta categoria englobou as plantas utilizadas como tempero e aquelas que têm suas frutas, caules, folhas ou raízes utilizadas na alimentação. Em Barrancos houve, com alguns interlocutores, um desentendimento nos conceitos, pois eles não incluíam, pelo menos de imediato, as “frutas” no conceito “plantas”. A questão foi contornada com a indagação direta das frutas utilizadas, por este motivo acredita-se que este uso não tenha sido subestimado.

Uma importante fonte de plantas alimentares são as plantações, atualmente quase em extinção em ambas as comunidades. Uma declaração muito freqüente foi “já tô tão velha que não posso nem plantar mais”, e que “agora só cuidam do que já plantaram”.

Em Barrancos, cinco chácaras se mantiveram apesar das tentativas de apropriação da Balneária, ainda que não em seus locais de origem. Destas, duas já estão praticamente abandonadas pois as interlocutoras já não têm condições de saúde e os herdeiros não têm interesse em mantê-las produtivas.

ah, eles [filhos e netos] não se interessam (...) as vez eu mando eles lá dá uma olhada na minha chácara, mas vão só pra olhar, pra trabalhar não [risos]

enquanto eu for viva a chácara vai pra frente, mas a hora que eu morre de certo... (...) não vai pra frente.

No Maciel, ao início do trabalho, três pessoas mantinham plantações de aipim e abacaxi. Ao final, apenas uma ainda havia plantado, porém declarou que não poderia mais mantê-la, pois estava com problemas de saúde. Outro motivo dado para o abandono das plantações são os roubos e “empréstimos”. No Maciel muitos não plantam e pedem, outros simplesmente roubam.

Ainda ano retrasado ainda eu plantei tudo isso de aipim, mas as ‘troça’ vieram aqui carregaram tudo, comeram tudo e eu não me gozei dele, então não vou planta mais. Se eu

planto pros outros, né. Coitado do velho que tá acabado inda vai fazer a plantação, inda não se goza dele, vai planta pros outros, não.

(...) plantá dá muito trabalho, tem o meu sogro que planta, é só pedir que ele dá.

A tendência em ambas as comunidades é a extinção das roças e chácaras pois “a turma de hoje em dia não são chegada nessas coisa” (moradora do Maciel). Segundo os mais velhos, muitos jovens não querem plantar “pra não sujá a unha”. Aqui novamente o conflito de gerações se mostra presente e chama atenção para as mudanças nas comunidades. Como já explicitado anteriormente, “de primeiro” as plantações eram essenciais à sobrevivência e hoje se tornaram dispensáveis. As gerações mais novas já nasceram no novo contexto e não mantêm uma relação tão estreita com as plantas. Apesar destas parecerem importantes na composição da paisagem seu uso já não é mais tão corrente. Esta mudança cultural e econômica acabou afastando os novos caiçaras das plantas e da terra, o que, por sua vez, retro-alimenta a questão na medida em que diminui a disponibilidade de espécies úteis nas proximidades da vila.

Já o uso com fim paisagístico foi subestimado por dois motivos. Muitas plantas “pra enfeito” não tem nome e portanto não foram citadas. Houve ainda um conflito de conceitos, pelo fato do uso paisagístico não ser considerado como uso de fato. Entretanto, a importância do uso decorativo é evidente, já que na maioria das casas há plantas nas portas e os quintais são mantidos com temperos e flores. Mesmo uma interlocutora mais jovem que não gostava de plantas, reconheceu a sua importância: “tem que ter uma plantinha assim, de enfeito, de plástico” (moradora de Barrancos). A importância das plantas na paisagem é discutida no item 7.3.

As principais plantas de uso místico citadas são aquelas que protegem e trazem sorte para a casa. Apesar de haver a combinação de arruda (*Ruta graveolens* L.) e pimenta (*Capsicum* sp.) na porta de algumas casas, estas plantas não foram citadas como de uso místico, talvez por vergonha ou simplesmente porque não havia o uso direto delas. Três mulheres de Barrancos citaram uma “beberagem” que deve ser consumida na sexta-feira santa, cachaça com arruda, guiné e alho (*Allium sativum* L.), para “tirar azar, mau-olhado e quebranto”. Essa prática era comum “de primeiro”, porém agora apenas uma delas ainda a prepara para a família. Também em Barrancos foi citada uma planta que aparecia na

imagem de um determinado santo, acompanhada da afirmação que ter planta de santo é bom.

As plantas utilizadas na construção guardam uma particularidade que é interessante assinalar. Há a lua e os meses corretos para coleta, afinal:

“a lua mexe com tudo, plantas, animais, mar, homem...”. “Madeira tem que tirar na minguante do mês de maio em diante, então, tem que cortá no inverno (...) ela dura 15, 20 ano. Se não for na lua mas no inverno ela vai 4, 5 ano, mas arria [por causa dos bichos]”¹⁴.

As plantas medicinais assumem uma importância particular em ambas as comunidades. A população de Barrancos era quase auto-suficiente *“de primeiro”*¹⁵, no que se refere às doenças e formas de cura. Os médicos atendiam apenas em Paranaguá, e ali os atendimentos eram realizados por benzedeiras, curadores e parteiras. Esta situação também ocorria no Maciel. Porém, o isolamento do local era menor; além disso, no final dos anos 70 e início dos 80, um posto de saúde foi instalado, funcionando por aproximadamente 10 anos. Também foi citado que em determinada época um barco da Associação Adventista prestava assistência médica aos moradores da baía de Paranaguá, incluindo aqueles do Maciel. Porém estes fatos não parecem ter diminuído o conhecimento a respeito das plantas medicinais. Mesmo com a alta frequência de visitas à Paranaguá (o atendimento nos hospitais públicos era precário), os barcos da Associação Adventistas não tinham frequência regular e prestaram esta assistência apenas por algum tempo. O posto de saúde funcionou pouco tempo e depois foi abandonado. Também se deve ressaltar que em situações de emergência, muitas vezes não havia tempo para ir até Paranaguá, então o tratamento tinha de ser realizado ali mesmo. Ainda hoje o tratamento das enfermidades e emergências é um problema para os moradores do Maciel.

O relativo grau de isolamento forçava, portanto, ambas as comunidades a encontrar estratégias para lidar com as enfermidades mais comuns. Os maiores conhecedores desta “arte” eram as parteiras, benzedeiras e curadores. Grande parte

¹⁴ Esta crença que a lua mexe com tudo já foi observada por CUNHA e ROUGEULLE (1989) em duas comunidades do complexo estuarino de Paranaguá e por FONSECA-KRUEL e PEIXOTO (2004) em Arraial do Cabo (RJ).

¹⁵ As expressões *“de primeiro”*, *“de uns tempo em diante”*, *“logo depois”*, entre outras, referem-se à noção de tempo do entrevistado. As épocas em que houve transformações foram inferidas estabelecendo paralelos entre o tempo deles e o tempo da história, utilizando-se de eventos com datas conhecidas, por exemplo, a construção de uma determinada rodovia, aliado aos dados da idade dos entrevistados.

do conhecimento a respeito das plantas medicinais era concentrada nestas pessoas, que indicavam os “*remédios de erva*” apropriados para cada enfermidade. Desta maneira o conhecimento era transmitido e o aprendizado realizava-se na prática. Muitas citações de plantas com uso medicinal eram acompanhadas por histórias de alguém que foi curado desta maneira, mostrando que conforme se tornavam necessárias, as receitas e o conhecimento eram transmitidos oralmente. Conforme as pessoas iam ficando mais velhas, detinham um maior conhecimento a respeito das plantas medicinais, justamente pelo aumento das experiências pessoais. Portanto, quem ensinava as receitas de “*remédio de erva*” eram sempre os “*antigos*”, “*os antigos iam falando e a gente ia fazendo aqueles chás*”. A indicação de outros especialistas era explicada porque “*são mais velho (...) os mais novo também sabe, alguma coisa sabe, que vão aprendendo*”. É interessante ressaltar que “*os antigo mesmo aqui é índio, né, tudo que é de erva aí, eles faziam chá e tiravam proveito*”.

Neste ponto há uma consideração importante a ser feita. A principal forma de uso das plantas medicinais se dá por infusões (chás), que são pouco utilizadas em tribos indígenas (AMOROZO e GELY, 1988). Os chás, os banhos “*por baixo*”, as garrafadas e beberagens, outras formas de tratamento que envolvem o suor, a crença do poder curativo dos excrementos (chá com fezes secas de cachorro na cura do sarampo), uma “doença” chamada “*sangue ruim*” e a maioria das plantas medicinais serem exóticas¹⁶, podem ser herança da medicina dos humores de Hipócrates¹⁷, fortemente presente na sociedade brasileira e européia, desde sua criação na Grécia até o século XIX. Seria esta, portanto, uma grande influência portuguesa. Neste contexto, a estratégia que os caiçaras encontraram para se curar pode ser vista como uma mistura das influências portuguesa e indígena, em menor escala, e mais tardiamente da africana, em proporções difíceis de serem estimadas

¹⁶ Fato também observado por FONSECA-KRUEL e PEIXOTO (2004) em Arraial do Cabo (RJ) e por BEGOSSI *et al.* (2002). BEGOSSI *et al.* (1993) também verifica isto em Búzios (SP), e explica pela “significativa influencia do Português no costa sudeste do Brasil”.

¹⁷ Esta forma de medicina criada na Grécia, simplificada, considera que a doença seria um desequilíbrio de quatro humores corpóreos: o sangue, a fleuma (ou catarro), a bile amarela e a bile negra. Para que a saúde fosse restabelecida, seria necessário voltar ao estado de equilíbrio manipulando as quantidades desses humores. Para maiores detalhes a respeito da medicina hipocrática e os hábitos da sociedade brasileira e européia com relação às funções corporais no século XIX ver artigo de ANDRADE LIMA (1996). Algumas declarações também dão indícios neste sentido. Um morador de Barrancos falando para uma criança: “*tá branca hoje, tá faltando sangue*”, e uma moradora do Maciel informou que não usava chá de erva antes, que sua mãe comprava uns vidrinhos de água em Paranaguá, cada um para uma doença diferente (forma de tratamento da medicina hipocrática).

com precisão. Juntamente, há a adesão das experiências próprias e outras formas mais modernas de cura (as drogas sintéticas, por exemplo) onde, como bem assinalam AMOROZO e GELY (1988), “o mundo vegetal e animal vão combinar suas ações com as dos produtos sintéticos e minerais para curar doenças”.

Atualmente, não há mais nenhum curador, parteira ou benzeadeira no Maciel. A última parteira, que também benzia, converteu-se ao protestantismo e não pratica mais este ofício. Agora não tem:

ninguém, nem pra ensiná um chá de água quente pra gente, que quando a gente tem um curador num lugar, né, qualqué coisinha corre ali, né (...) eu me fiava muito no véio, sabe que ele fazia remédio pra dentada de cobra, benzia de isipra¹⁸, benzia de sor, benzia de quebranto, quebrava de sapo na boca, ansim, ele ensinava remédio pra gente, mas com o tempo vai esquecendo, né (...) (moradora do Maciel).

No caso de Barrancos, o espectro de possibilidades é maior e ainda há benzeadeiras em Pontal do Sul e Praia de Leste, porém os filhos e netos dos interlocutores não acreditam mais nisso.

As mulheres eram e ainda são as detentoras de grande parte do conhecimento sobre as ervas medicinais, porque é delas a responsabilidade de criar os filhos, que necessitam de cuidados especiais no que diz respeito à saúde, principalmente nos primeiros anos de vida. Esta pode ser a “causa” dos quintais, que comportam grande quantidade de plantas medicinais, serem domínio das mulheres.

Para os moradores de Barrancos, antes as pessoas tinham mais saúde, antigamente os velhos morriam com “*idade vencida (...) 90, 100, 115 ano*”, pois não existiam as doenças que existem agora, que apenas são curadas com médico e “*remédio de farmácia*”. Isto foi explicado de duas maneiras:

- havia uma grande fé em Deus e nas ervas:

a gente tomava aquilo com fé naquela erva, por isso se curava

até Deus parece que livrava a gente, não dá doença essas coisa na gente

de primeiro não, acho que Deus tinha pena da turma ainda

sarava com erva (...) e, graças a Deus, a gente tinha muita fé, né, a família era muito católica.

¹⁸ A isipra foi definida como “*um vermelhume na machucadura*”. Os caboclos estudados por AMOROZO e GELY (1988) utilizam o nome isipla para uma doença semelhante. Pelas descrições da doença e pela sonoridade do nome, talvez a isipra seja uma enfermidade semelhante à erisipela (infecção cutânea causada por bactérias). Esta doença, além de comum, foi citada várias vezes por diferentes pessoas. É também desconhecida “*ninguém sabe o que é*”.

- os alimentos eram consumidos frescos e cultivados sem agrotóxicos (“esses veneno que tem hoje”), e algumas doenças não eram conhecidas (“a gente não sabia desse negócio de pressão, não sabia desse negócio de colesterol, diabete. (...) A gente vai no médico e já tá cheio de colesterol”).

Em Barrancos, entre as 10 plantas medicinais mais citadas, quatro são indicadas para infecção na bexiga e “*infecção de mulher*”, e outras quatro pra dor de barriga e vermes. Uma questão interessante deve aqui ser ressaltada. No geral, ao citar plantas para doenças típicas de crianças, o tempo verbal era o passado, e ao citar aquelas indicadas para infecção na bexiga e “*infecção de mulher*” o tempo verbal era o presente. Estas mulheres já não têm filhos pequenos que necessitem de remédios para dor de barriga e os netos já são tratados por médicos e seus remédios, no entanto ainda podem utilizar ervas para suas doenças “*de baixo*”.

No Maciel, as principais citações diziam respeito a plantas utilizadas para dor de barriga (muitas vezes utilizada como sinônimo de “*vermes alvoroçado*”), diarreia e outras enfermidades ligadas ao intestino, além de infecções. Da mesma maneira que em Barrancos, o uso para as doenças características de crianças já não ocorre, mas o uso para infecções “*de dentro e de fora*” ainda pode ocorrer, “*as vez essas coisinha assim que uso pra mim*”, apesar das recomendações em contrário dos médicos “*a médica falou pra eu não lavá [as varizes] com erva porque infecciona mais... mas eu tô lavando com tanchais [Plantago australis Lam.]*”.

As observações de campo mostram que as plantas medicinais aos poucos estão caindo em desuso e o conhecimento está retido em poucas pessoas que já não tem condições físicas de manter seus quintais com as plantas que poderiam ser usadas. Os remédios de médico são valorizados, enquanto a eficácia das plantas medicinais é colocada em questão pelo novo senso comum, provavelmente derivado da visão trazida pelos veranistas, pela “nova” e emergente medicina e pelos meios de comunicação em massa (televisão e rádio).

Para os mais velhos esta situação acaba se tornando motivo de confusão. Ao mesmo tempo em que a experiência de vida diz que as ervas são eficazes na cura de diversos males, o coletivo nega, pois ninguém mais acredita em erva. Esta situação ficou muito evidente em Barrancos:

De primeiro na nossa criação nois se curava só com remédio de erva, né. (...). E a gente tinha fé naquelas erva, né. Agora se a gente fosse fazê uma erva, ah, eles não tenham fé, fé

nas erva, né, não faz mal, não faz bem, porque não tenham fé. (...) nem querem sabê desse negócio de erva. Quando dá dor de barriga, alguma coisa numa criança, corre pro médico. De primeiro fazia um chá de hortelã, um chá de guarquer coisa ali, tudo era remédio, né. Ficava bom. Agora não. (moradora de Barrancos) (gifos meus).

A perda deste conhecimento não tem uma causa única e vários fatores são por ele responsáveis, além da morte ou conversão dos maiores conhecedores. As plantas medicinais já não são de fato tão necessárias como antigamente, na medida em que apesar das dificuldades, o atendimento médico é relativamente acessível e, de acordo com o novo senso comum, mais confiável e eficaz. Por outro lado, os mais velhos, que detêm grande parte do conhecimento, já não tem “filho pequeno”

¹⁹,

antes quando tinha criança pequena eu guardava tudo essas erva, depois que eles foram crescendo e se espalhando não precisava mais (moradora do Maciel),

portanto, não usam mais estas plantas que em grande parte caem no esquecimento, tanto pela falta de uso como pela avançada idade, “sabe que gente velho não guarda nada, esqueci tudo, sabia muito remédio, muita coisa” (moradora do Maciel).

Também há a repressão àqueles que acreditam nas ervas, “usar erva é besteira”, “meu filho tem até raiva que eu plante essas coisas (remédio)” (moradores de Barrancos), desta maneira, além de não mais adaptativo, muitas vezes o conhecimento e o uso das plantas torna-se vergonhoso²⁰.

Como já exposto, as mulheres e as pessoas mais idosas da comunidade detêm grande parte do conhecimento a respeito das plantas. Atualmente, todo o conhecimento está retido neste estrato da comunidade, pois os mais jovens já não dependem diretamente das plantas. Neste sentido, o conhecimento não é mais valorizado e transmitido, possivelmente por não ser mais necessário.

Parte do crescente descrédito nas plantas medicinais e nos curadores pode ser interpretada a partir das idéias de LÉVI-STRAUSS (1996), para quem a eficácia da magia implica a crença na magia. Esta se apresenta sob três aspectos

¹⁹ Estes mesmos argumentos com relação à diminuição das ervas nos quintais e hortas foram observados por ARAÚJO (2002): “de acordo com meus informantes casa que tem criança deve contar com uma boa variedade de ervas medicinais plantadas em seu quintal (...) muitas delas argumentam que suas ervas já não estão tão bem cuidadas por não haver mais crianças em suas casas (...)”.

²⁰ Não há a vergonha apenas em relação ao conhecimento sobre plantas medicinais, da mesma maneira que expõe ROTHEN (2003), juntamente a modernização há a desvalorização da cultura, gerando vergonha em relação ao próprio modo de viver.

complementares: existe a crença do feiticeiro (no caso as parteiras, benzedeadas e curadores) na eficácia de suas técnicas; a crença do doente nos poderes do feiticeiro; e a confiança e exigência da opinião coletiva. A partir do momento que um destes três elos se rompe, a eficácia da magia torna-se questionável. A magia dos curadores, benzedeadas e parteiras não é mais valorizada pelo coletivo, e apesar de poder ainda ser valorizada pelo doente e pelo próprio curador, acaba caindo no desuso. A mesma análise também pode ser direcionada para a eficácia das plantas medicinais. Ficou claro que algumas pessoas ainda acreditam nas plantas, entretanto *“eles não tenham fé mais”*, ou seja, o coletivo não acredita mais no poder curativo das plantas e a partir deste momento elas não são mais eficazes. As plantas medicinais também não curam quando alguém utiliza o *“remédio de erva”* sem fé. Isto corrobora a idéia que o presente descrédito no poder curativo das plantas é, em parte, consequência do novo senso comum, que invalida seu uso e o substitui pelos novos métodos.

Esta situação de progressiva diminuição do uso das plantas medicinais e crescente descrédito neste conhecimento é ilustrado pelo uso da expressão *“diz que é bom...”* como referência a algumas destas plantas. Esta expressão remete a um conhecimento que já não é mais utilizado. Em Barrancos ela foi empregada quando se sabia da eficácia da planta. Um exemplo é a timbuva, utilizada *“de primeiro”* para lavar os cabelos e mantê-los macios e sem caspa. Porém, atualmente com o fácil acesso ao xampu a timbuva já não é mais utilizada. Foi citada da seguinte maneira: *“a timbuva diz que é bom pro cabelo”*. No Maciel a mesma expressão traz uma incerteza. Ao citar que leu em seu livro que a babosa era eficaz no tratamento de câncer mas que nunca a tinha utilizado para este fim, uma informante também utilizou o *“diz que é bom...”*. Interpretou-se a forma de empregar esta expressão como resultado das relações sociais nas comunidades. Quem *“diz que”* é o coletivo. Em Barrancos, este coletivo tem certeza e é confiável. No Maciel não: o coletivo é incerto e pouco confiável.

AMOROZO e GELY (1988) ressaltam que o sistema terapêutico dos caboclos é dinâmico e aberto a influências externas, que podem ou não ser adotadas parcial ou totalmente. Este processo pôde ser visualizado para os caiçaras estudados, com a uma mistura de métodos e remédios alopáticos e ervas em diversos tratamentos. Portanto, essas duas formas de cura não são, para os caiçaras e caboclos, vistas

como antagônicas e sim sinérgicas. BEGOSSI *et al.* (1993) também assinala este aspecto do comportamento caçara.

Em ambas as comunidades a influência de conceitos de fora pôde ser observada claramente. No Maciel, alguns usos medicinais citados tinham sido aprendidos em uma recente edição do programa “Globo Repórter”, outros em um livro, “*eu tenho um livro só de planta, só de ervas, então, tem tudo quanto é coisa, tem tanta erva que a gente nem conhece*”²¹. Já em Barrancos, algumas citações eram acompanhadas de histórias de pessoas que vieram de fora para buscar as plantas medicinais para um fim que antes não era conhecido e, após o fato, passou a fazer parte do conhecimento desta comunidade. Um exemplo é o grovatim (*Cordia verbenacea* DC.), “tradicionalmente” utilizado no tratamento de reumatismo. Desde que um homem foi em Barrancos procurando por aquela erva para tratar câncer na próstata, este novo uso foi aglutinado ao “tradicional”. Estas novas fontes de informação podem estar re-valorizando o uso das plantas com fim medicinal. Outro indício de re-valorização das plantas medicinais, segundo ARAÚJO (2002), é a denominação de certas plantas com nomes de remédios comerciais, como a penicilina e o anador. De acordo com a interpretação da autora, esta prática é uma maneira de o conhecimento popular se perpetuar na medida em que pode causar desentendimentos no diálogo entre os médicos e pacientes, que de certa maneira “desviam” a possível repressão quando da declaração de utilização de alguma erva na cura ou atenuação de algum mal.

Se, no presente contexto, as plantas medicinais não funcionam e o conhecimento tradicional deixa de ser necessário, pois agora a cura dá-se de outras maneiras, então se pode pressupor que seu uso tende a diminuir cada vez mais, mesmo com as tênues evidências de revalorização do uso citadas acima.

7.2 O MANEJO E CONHECIMENTO ECOLÓGICO

Grande parte das plantas utilizadas nas duas comunidades são exóticas. Algumas foram compradas em Paranaguá e outras foram trazidas de outras localidades. Há constantes trocas de mudas entre os moradores de ambas as

²¹ Esta interlocutora na primeira conversa falou que não utilizava muitas plantas como remédio e citou que antes utilizava “aguinhas” compradas em Paranaguá para cada enfermidade. Na segunda visita, cinco meses depois, já citou as plantas medicinais e falou a respeito do livro. É importante ressaltar que esta situação pode ser derivada da influência da pesquisadora na pesquisa.

comunidades e seus parentes e conhecidos de Paranaguá e outros locais de Pontal do Paraná. *“Ah, esse aí peguei da minha irmã lá em Paranaguá, do pessoal, por aí por onde eu ando, ando me dando muda de planta. Tudo eu trago”* (moradora de Barrancos). Também há o caso de que algumas plantas e sementes foram adquiridas em Paranaguá, enquanto outras sementes foram adquiridas por meio de frutos ou verduras compradas. As plantas *“do mato mesmo”*, principalmente as medicinais, são (ou eram) manejadas para perto das casas, para os quintais e jardins, ficando assim mais acessíveis quando necessárias e também porque a maioria das plantas *“dão”* melhor no terreno roçado.

Nas chácaras de Barrancos (Fig. 2 e 3) o manejo é semelhante àquele realizado nas roças de antigamente. O mato é cortado e permanecem as plantas úteis (nativas), que dividem espaço com árvores frutíferas e paisagísticas plantadas por transplante de outros lugares ou por meio de sementes compradas. Segundo ADAMS (1994) esta forma de manejo ao invés de repor um ecossistema por outro, como na agricultura moderna, somente manipula o ecossistema original, alterando apenas alguns componentes selecionados. As espécies utilizadas no cultivo podem substituir espécies selvagens com nichos ecológicos semelhantes, simulando a estrutura e função do ecossistema natural.

Figura 2: Fotografia de uma chácara em Barrancos



Figura 3: Fotografia de uma chácara em Barrancos



Os quintais (Fig. 4 e 5), juntamente com as chácaras, são áreas manejadas intensamente e de maneira semelhante àquela dos caboclos estudados por AMOROZO e GELY (1988). A escolha das plantas que serão transplantadas para o quintal leva em conta a sua disponibilidade, utilidade e as preferências de habitat. As espécies espontâneas, os matos, são toleradas na medida em que são úteis. Há cuidados especiais com algumas plantas, principalmente se forem muito úteis ou difíceis de “crescer” (“pegar”). Neste sentido, é comum o plantio em latas, vasos, caixas e bacias, conforme a concepção ocidental de cultivo (AMOROZO e GELY, 1988). Também nos quintais há plantas ornamentais “do mato mesmo”, em especial, porém não somente, orquídeas e bromélias de várias “qualidades”.

Figura 4: Fotografia de um quintal em Barrancos.



Fig. 5: Fotografia de um quintal no Maciel



No Maciel grande ênfase foi dada à necessidade de “matar o mato”. A maioria dos informantes do Maciel referiu-se ao mato como algo ruim, pois pode esconder cobras, imbira²² e outros tipos de animais perigosos. Daí vem a constante preocupação em roçar as redondezas das casas e mantê-las “no limpo”. O mato também é visto como um agente retardador do crescimento das plantas úteis. É necessário limpar em volta da erva ou árvore para que ela possa crescer,

um pé de banana, goiaba, araçá, qualquer fruta, qualquer coisa, tá no mato ele não se cria, não vai pra frente, né, tem que tira o mato, limpa ele, aterra ele, tudo direitinho aí ele vai pra frente. Igual a gente se tá sujo não qué faze nada (moradora do Maciel) (grifo meu).

O manejo das plantas pelos mais velhos parece ser intenso, “*tiro daqui, coloco ali, fico na lida das plantas*” (moradora do Maciel), porém os mais novos já não têm as mesmas práticas, “*meus filho me dizem: ‘mamãe, pare de mexe com essa porcaria’*”, “*até as vez as criança falam: ‘mamãe para de fica aí, cortá mato, leva uma coisa pra cá, outra pra lá’*” (moradoras do Maciel).

As interlocutoras de Barrancos mostraram conhecimento a respeito dos habitats e nichos das plantas. Sabem onde determinadas plantas podem ser encontradas (nos banhados, mais ou menos perto da praia e dos rios, por exemplo), o quanto necessitam de luminosidade e água, a época em que estão com flores e frutos. Há recomendações na hora de transplantar uma muda: “*não presta*” pegar onde ela foi lascada, nem plantar depois que o sol se pôs. Este conhecimento encontra correspondência na fisiologia vegetal, a parte onde a muda foi lascada tem o hormônio auxina, que promove o crescimento de novas raízes. O fato de manusear este local pode interferir neste processo, além de afetar a comunicação hormonal entre as células, e diminuir a probabilidade de desenvolver as raízes (RAVEN, 2001).

Já no Maciel os nichos das plantas e suas “preferências fisiológicas” foram citados por poucos informantes. Aparentemente, o contato maior das pessoas desta comunidade era com as plantas cultivadas em maior escala (o aipim e a mandioca principalmente) e aquelas com fim medicinal e alimentar mais utilizadas (a hortelã principalmente) a respeito destas plantas foi demonstrado conhecimento ecológico. Apenas as mulheres que tinham um grau de parentesco mais próximo a curadores,

²² De acordo com a descrição, parece assemelhar-se com uma lagarta da classe insecta, alguém queimado por uma imbira pode apresentar febre, vômito e dor no estômago.

parteiras ou benzedeadas demonstraram seu conhecimento a respeito dos locais onde outras plantas, em grande parte medicinais, poderiam se encontradas e quais as melhores condições de vento, umidade e sol que necessitavam.

Em Barrancos, foi citada a utilização da água com a qual foram lavados peixes “*pra viçá*” as plantas. No entanto, quando questionadas a respeito da utilização de adubo, as interlocutoras negavam, afirmando que água de peixe não é adubo, adubo é aquele comprado. No Maciel, como adubos são utilizados, principalmente a “*cama de galinha e lixo de outras plantas*”.

Invariavelmente há reclamações com relação ao solo ou *areia*, que é “*muito fraquinha*”, “*muito branca*” e pouco úmida. Para que a plantação “*vá pra frente*” tem que cuidar muito. Em Barrancos, para amenizar o caráter altamente permeável da areia na sua chácara, uma interlocutora disse que deixa as folhas que caem no chão para “*manter a umidade do solo*”, no entanto, as folhas de bambu têm ação inversa, apesar do lado positivo que “*não deixam criar mato*”, acabam por deixar a terra seca.

A prática de podar (“*decepá*”) as plantas para que ela fique “*viçosa*” é comum tanto em Barrancos quanto no Maciel. Um exemplo é a mandioca, cuja rama (denominação das partes aéreas da mandioca e aipim) deve ser cortada para que a mandioca “*encorpe*”. A eficácia desta prática pode ser explicada pela dominância apical da auxina (hormônio que regula crescimento), quando a ponta do caule é cortada, e, portanto a gema apical retirada, as gemas laterais crescem e a planta “*viça*” (RAVEN, 2001).

Uma declaração interessante é a explicação de uma interlocutora do Maciel a respeito da ausência de araucárias na zona costeira: “*o pinheiro não pode ver o mar, quando ele vê o mar ele morre, por isso que não dá aqui no litoral*”.

No Maciel, o aumento dos bichos que “*devoram a plantação*” foi explicada da seguinte maneira:

eu creio comigo que antigamente esses bicho do mato, tamanduá, cateto, que come essas larvinha, essas coisa e agora não tem mais esses bicho, pois a turma garro o mato e devoram a criação, tatu esses bicho eles pegam, né (...) formiga mesmo antes não tinha tanto agora não dá, planta um pezinho já... planta outro... Creio que o pessoal garra muito o mato aí pra caça...

mostrando a percepção da dinâmica da teia alimentar.

7.3 O SIGNIFICADO DAS PLANTAS

As plantas parecem assumir um papel central no modo de vida das comunidades, na medida em que apenas uma interlocutora reconhecidamente “não gostava de plantas”. O hábito de ir diariamente às chácaras ou de cuidar das plantas que estão nos quintais e jardins é comum e muito importante para as entrevistadas. Para elas, decididamente a vida não seria boa morando em outro lugar onde não pudessem manter suas plantas.

Ah, eu converso com as plantas (...). A gente parece que fica assim mais... a gente abre a porta e vê aquelas plantas, parece que anima a gente, né. (...) As minhas plantas pra mim significa muito, tudo as minhas planta, eu gosto delas. (...) [sem as plantas] minha vida parece que era meio... porque eu gosto delas, né, então não era muito bom minha vida (moradora de Barrancos).

[sem as plantas] eu acho que não se sentia bem. Ah, eu me sinto muito bem com as plantas. Ih, eu adoro as planta (moradora de Barrancos).

eu gosto muito da minha chácara, demais, acho que se acabasse a chácara pra mim hoje... deus o livre, guria [risos] (moradora de Barrancos).

Ficou evidente na fala dos interlocutores do Maciel que eles gostavam de morar ali. Mesmo aqueles que já foram para Paranaguá ou Pontal do Sul “sempre que tem uma folguinha” vão pro Maciel passar um tempo e gostam principalmente do sossego. Outras razões foram também alegadas:

a gente que se criou no sítio pode até morar um tempo [na cidade], mas não se acostuma, é muito barulho, maconheirada, o que me deixa ruim mesmo é aquele monte de muro, som alto. Na cidade o que não existe é respeito (moradora de Paranaguá, filha de moradores do Maciel).

Tais observações chocam-se com a possibilidade de construção de uma estrada de acesso e da conseqüente perda do isolamento. É justamente para preservar este sossego que alguns ainda receiam a construção de uma via de acesso. Apesar de eventualmente necessária e de em muitos pontos facilitar a vida de quem mora ali, eles ainda não “decidiram” se há mais benefícios ou desvantagens.

Este “clima” de sossego, também presente em Barrancos que permanece como uma “ilha” entre dois grandes balneários, está ligado muitas vezes à paisagem, composta pelo mar e mato. Estes elementos são importantes no modo de

vida dos moradores e mesmo aqueles que já não moram ali voltam para buscá-los. Os “de fora” compram casas ali, também em busca de sossego. Aparentemente esta é a visão compartilhada pela maioria dos interlocutores. Em Barrancos o sossego é um problema para uma única interlocutora mais nova: *”aqui eu não gosto, muito sossegado, não tem nada pra fazer, não tem pra onde ir, não tem nada!”*. Ela *“não suporta mais”* aquelas condições e quer sair dali. A mãe dela a aconselha a não sair, porque depois ela vai querer voltar e talvez já não possa fazê-lo, *“a mãe falou que vai prum lugar agitado não dura dois meses”*.

Portanto, os entrevistados têm uma forte ligação com o local em que moram. A maioria não quer sair dali *“aqui é onde nasci, aqui é onde vou morrer”*, pois provavelmente não se acostuariam com outro lugar. ANGELO FURLAN (2004) observou também uma forte relação dos moradores nativos com o lugar, em estudo realizado em Ilhabela. Para os moradores da Ilhabela, assim como para os de Barrancos e Maciel, a paisagem é importante e pode corresponder às suas aspirações e desejos, na medida em que provém bens essenciais para o bem viver espiritual.

Eu gosto de planta, planta é um divertimento pra gente, né (moradora de Barrancos).

Acho que uma planta é uma alegria pra gente, né. Ah, quando eu vou na chácara lá, minha vontade era de ficar morando lá (...) até eu me aposentá eu fico por aqui, me aposentando eu vou pra lá. (...) Me acostumei, a vida da gente toda vida foi assim plantando, quando tava na casa de papai, era toda vida plantando. A gente pegou aquele ritmo, né, de gosta da plantação, em qualquer chácara que eu chego, que tem plantação, eu fico doida. Me sinto bem ali, na frente de uma plantação (moradora de Barrancos).

Ah, a planta significa muita coisa pra gente, né. É o ar puro que a gente respira das planta, né. É muito bom. E é a natureza de Deus, né. A natureza de Deus é a coisa mais lindo que a gente acha. (...) A [filha] tem chácara, (...) é que nem eu, também ela respira o ar das planta (...). Negócio de planta eu acho tudo bonito. Olha, eu acho tudo bonito, nem que não dê flor, mas acho bonito (moradora de Barrancos).

Uma planta pra mim é tudo, porque eu gosto muito, eu gosto delas. É uma vida, né, planta aquela plantinha e vê cresce, é uma vida, né, e pra gente é uma vida, a gente planta, ela vai crescendo e dali a gente vê que já vai poder comer, né (moradora de Barrancos).

Ah, eu creio assim no meu sentido pra mim que uma planta tem muito valor, uma coisa maravilhosa, é assim, além de que depois de ser plantada ainda desfruto daquela planta, né, e eu acho que é uma natureza, uma coisa legal pra natureza, pra mim é assim, é um prazer ver aquela árvore cresce, aquela planta cresce, assim eu medito comigo mesmo (moradora do Maciel).

Inclusive em Barrancos houve uma mudança na configuração das plantações à medida que a necessidade da agricultura na subsistência diminuiu. As roças, onde

eram cultivadas plantas alimentares, transformaram-se nas chácaras, nas quais a maior parte das plantas tem fim paisagístico. Apesar de haver o cultivo de plantas alimentares nas chácaras elas não são consumidas, pois grande parte do que é produzido não é transportado para a vila devido à distância (aproximadamente 1,5 km em média) e acaba apodrecendo. Neste contexto, percebeu-se que as chácaras são mantidas quase exclusivamente por razões simbólicas. O objetivo principal é ter um local para cuidar das plantas, para se relacionar com elas. Isto pode ser derivado, em parte, pela relação criada na situação “inicial”, quando as plantações eram importantes locais de convívio e as plantas eram essenciais na sobrevivência dos moradores de Barrancos.

Algumas interlocutoras demonstraram um comportamento parecido com o descrito por DESCOLA (2000) para os achuares da Amazônia equatorial. As mulheres dirigem-se às plantas cultivadas como crianças que devem ser conduzidas com mão firme rumo à maturidade:

(...) (na areia) ela pega, mas ela custa, precisa trata muito, né. Tem que cuida conversar com ela, tudo, daí ela fica alegre (...) (moradora de Barrancos)

Pra mim é muita coisa, pra mim é, muito valor, né. Se não tivesse valor não plantava, eu planto porque um dia eu vou precisa, porque eu acho bonito, eu gosto.(...) Eu digo, uma planta pra gente é igual um filho, pra mim é, se vc não cuida ele não cresce, fica toda vida chorando, é incomodo, calor, agonia no corpo, vc dá banho, troca, pomba, ele fica alegre, é igual uma planta. Quando olho e não tem nada plantado dá uma tristeza, precisa zela pelas coisas (moradora do Maciel).

É possível que algo neste sentido possa permear as relações entre estas mulheres e suas plantas em Barrancos e Maciel. Porém apenas um estudo mais aprofundado da cosmologia destas comunidades poderá fornecer idéias mais precisas a este respeito.

Em Barrancos, foi observado que as mulheres que conversam com as plantas são motivo de brincadeiras entre os netos e filhos. Neste contexto, os mais novos parecem ter uma relação muito diferente com as plantas, talvez pela falta de proximidade e pela progressiva perda da dependência.

Os mais novos que gostam das plantas se relacionam de maneira diferente com elas. O uso principal é de flores para fins paisagísticos. A constituição dos jardins ocorre nos moldes urbanos, diferindo muito dos jardins “tradicionais”,

vou roçar o mato e deixar só as árvores, pintar de branco o tronco, plantar grama e planar o terreno pra ficar mais bonito (interlocutor “mais novo” do Maciel).

Adicionalmente, com os novos empregos e a pesca, o tempo disponível para as plantas diminui, “esse [filho] *que mora comigo se interessa, ele gosta de plantinha (...), mas agora tá trabalhando, não pode mais*” (moradora de Barrancos).

A questão importante aqui é que, para a maioria dos interlocutores além da importância da paisagem, do sossego, há ainda uma relação simbólica estabelecida entre os caiçaras e as plantas, e também com o mato. Talvez este seja o uso atual de maior importância, já que está intimamente ligado ao modo de vida e identidade destas pessoas, e por conseqüência com o seu bem-estar material e espiritual.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa recuperou registros orais para reconstituir parte da história das duas comunidades. Ao longo das últimas décadas, ambas as comunidades sofreram grandes transformações. Barrancos, de mais isolada, passou a fazer parte de um novo centro urbano e com isto, a agricultura perdeu sua importância na subsistência. As características de isolamento do Maciel permaneceram mais constantes ao longo do tempo e a agricultura, que tinha objetivo comercial, também perdeu sua importância, só que devido à baixa competitividade no mercado. As profundas mudanças ocorridas em vários aspectos da vida destas comunidades, incluindo a relação com as plantas, são evidenciadas pelo presente conflito de gerações.

A relação com as plantas muda na medida em que elas passam a ser desnecessárias, ou a ter menor importância, para a sobrevivência das comunidades. Tanto no Maciel quanto em Barrancos, os usos mais citados foram o alimentar e o medicinal. Estas citações pareceram referir-se ao que pode eventualmente ser utilizado, ou seja, ao conhecimento de um uso potencial daquelas plantas. O grau de uso de fato não pôde ser precisado. Para tanto seria necessário um trabalho de campo com maior duração, além da convivência diária com as comunidades. No entanto, apenas durante a análise dos dados percebeu-se esta sutileza que diferencia o que pode ser e o que é efetivamente utilizado. Momento que já não permitia uma adequação da metodologia.

A diminuição do uso das plantas foi atribuída em parte à menor dependência, que por sua vez está ligada ao isolamento. Porém, a representação coletiva é outro fator de importância. Neste caso, o conflito de gerações também evidencia a situação. Segundo os mais velhos, os mais novos “*não são chegado nessas coisa*” de plantar para “*não sujar a unha*”. Além disso, não acreditam na eficácia das plantas medicinais. Assim, as plantas além de não mais utilizadas, também deixam de ser cultivadas. Agora “*é tudo no comprado*”. Este novo senso comum é fator essencial para a modificação na relação com as plantas, todavia pouco depende do isolamento geográfico.

A relação simbólica com a paisagem mostrou-se muito forte entre os interlocutores e pareceu manter-se entre seus filhos. Porém, a partir das informações aqui organizadas é difícil extrapolar estas considerações para toda a

comunidade, principalmente para os mais novos (entre 20 e 30 anos). Apesar da declaração de uma interlocutora mais nova de Barrancos mostrando a necessidade de ter uma *“plantinha”* para compor a paisagem, nem que seja de plástico, as observações ainda são insuficientes para qualquer generalização.

A hipótese inicial do trabalho não foi refutada na medida em que o conhecimento a respeito dos possíveis usos das plantas não mais é transmitido por não ser mais necessário. Faltam situações em que o conhecimento possa se perpetuar. Apesar disso, apenas o isolamento geográfico não explica a dependência. A conjuntura e os ciclos econômicos, as representações coletivas, a organização social e a religião também se mostraram fatores importantes para explicar os estados de maior ou menor dependência material e não-material dos recursos vegetais.

As observações em campo apontam uma diferença entre as comunidades considerada no contexto deste trabalho muito importante. Enquanto em Barrancos existe maior coesão social, no Maciel muitos conflitos ficaram evidentes. O modo com que a expressão *“diz que é bom...”* é utilizada em ambas as comunidades marca as diferenças entre elas e sintetiza de forma emblemática as principais conclusões deste trabalho. Em Barrancos *“diz que é bom...”* refere-se a um conhecimento anterior, que mesmo não sendo mais necessário, foi usado e mostrou-se funcional. Como tal, apesar de claramente fragmentado e rarefeito, permanece valorizado pelos moradores locais. Já no Maciel *“diz que é bom...”* refere-se a um conhecimento que não se sabe ao certo se continua eficaz, conhecimento que alguém ensinou e que já nem pode mais ser testado. Neste sentido, reflete apenas a perplexidade de uma comunidade frente a um tipo de conhecimento que deixou de ser funcional.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000. 337p.

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, n. 1, 1994. p. 3-20.

ALBUQUERQUE, U.P. de; LUCENA, R. F. P de (Orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: LivroRápido / NUPEEA, 2004. 189p.

AMOROZO, M. C. de M.; GÉLY, A. Uso de plantas medicinais por caboclos do Baixo Amazonas. Barcarena, PA, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Botânica**, Belém, v. 4, n. 1, 1988, p. 47-131.

ANDRADE LIMA, T. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. II, n. 3, nov. 1995, fev. 1996, p. 44 - 96. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/hscience/vol2_3.htm>. Acesso em: 12 jun. 2006.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. Sistemas técnicos de pesca no litoral paranaense: caracterização e tipificação. *In*. RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P. C.; FLORIANI, D.; FERREITA, A. D. D.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M. (eds.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbana e rurais**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Cap. 4, p. 213-233.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Curitiba, 1999, 242 f. Tese (Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Université Paris 7, Université Bordeaux 2.

ANGELO FURLAN, S. Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental. *In*. DIEGUES, A. C. **Enciclopédia caiçara, v. 1 - O olhar do pesquisador**. São Paulo: Ed. Hucitec, NUPAUB/CEC-USP, 2004b, p. 21-48.

ANGELO, S. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 69, 1990. p. 61-73.

ARAÚJO, M. A. M. **Das ervas medicinais à fitoterapia**. Cotia: Ateliê Editorial, FAPESP, 2002. 157p.

BARCELOS, V. Navegando e traçando mapas: uma contribuição à pesquisa em educação ambiental. *In*. GALIAZZI, M. do C.; FREITAS, J. V. de (eds.) **Metodologias emergentes de pesquisa em Educação Ambiental**. Ijuí: Unijuí. 2005.

BEGOSSI, A. Resilience and Neo-Traditional Populations: the *Caiçaras* (Atlantic Forest) and *Caboclos* (Amazon, Brazil). *In*. Berkes, Fikret; Folke, Carl (eds.) **Linking**

social and ecological systems. Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 129-157.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J. Y. Medicinal plants in the Atlantic Forest (Brazil): Knowledge, Use and Conservation. **Human Ecology**, vol. 30; n. 3, p. 281-299, 2002.

BEGOSSI, A.; LEITÃO-FILHO, H. de F.; RICHERSON, P. J. Plant uses in a brazilian coastal fishing community (Búzios Island). **Journal of Ethnobiology**, vol. 13, n. 2, p. 233-256, 1993.

BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica.** São Paulo: Ed. Hucitec, Ed. Polis, 1987. 141 p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: 04 jan. 2006.

BRASIL. **Decreto n. 750, de 10 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>> Acesso em: 21 mar. 2006.

BURKE, P. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003. 116 p.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. *In*: El Décimo Congreso Bienal de la Asociación Internacional para el Estudio de la Propiedad Colectiva (IASCP), 2004, Oaxaca. **Los recursos de uso común en una era de transición global: retos, riesgos y oportunidades**, 2004.

COUTO, E. da C.G. Vegetação Adjacente. *In*. **Estudo integrado da foz da gamboa do Maciel (Paranaguá – Paraná), durante dois ciclos de maré.** Monografia (Pós-Graduação em Ecologia de Sistema Estuarinos) UFPR, 1989a. p. 136-162.

COUTO, E. da C.G.; PERONTI, A.L.B.G.; ALMEIDA, M.V.O. Uso de plantas medicinais pela comunidade do Maciel – Paranaguá, PR. *In*. CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, Cuiabá, 22-28/01/1989. **Resumos...** v.2. Cuiabá (MT): Sociedade Nacional de Botânica, 1989b. p. 414.

CUNHA, L. H. de O.; ROUGELLE, M. D. (Coords.) **Comunidades litorâneas e unidades de proteção ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná).** São Paulo: NUPAUB-USP, Série: estudos de caso n. 2, 1989. 78p.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. *In*. DIEGUES, A. C. S. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Ed. Hucitec, 2000. p. 149-163.

DIEGUES, A. C. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. *In.* _____. **Enciclopédia caiçara, v. 1 - O olhar do pesquisador**. São Paulo: Ed. Hucitec, NUPAUB/CEC-USP, 2004, p. 21-48.

DIEGUES, A. C. (Org.) **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do meio Ambiente; São Paulo: NUPAUB-USP, 2000. 189p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2006.

DIEGUES, A. C. S.; VIANNA, L. P. (Coord.) **Conflitos entre populações humanas e áreas naturais protegidas na mata atlântica**. São Paulo: NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 21, 1995. 283p.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

FIGUEIREDO, G.M.; LEITÃO-FILHO, H. de F.; BEGOSSI, B. Ethnobotany of atlantic forest coastal communities: diversity of plant uses in Gamboa (Itacuruçá Island, Brazil). **Human Ecology**, vol. 21, n. 4, p. 419-430, 1993.

FONSECA-KRUEL, V. S.; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, vol. 18, n. 1, p. 177-190, 2004.

GEERTZ, C. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza de entendimento antropológico. *In.* _____. **O saber local**. Petrópolis: Vozes. 1998. p. 85-107.

GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 48, p. 91-107, fev. 2002.

HANAZAKI, N. Etnobotânica no litoral da mata atlântica. **Revista eletrônica ComCiência**, n. 40, mar 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/>>. Acesso em: 05 mai. 2006.

HANAZAKI, N. Uso de recursos na mata atlântica: o caso da Ponta do Almada (Ubatuba, Brasil). **Interciência**, vol. 21, n. 6, p. 268-276, 1996.

HANAZAKI, N.; TAMASHIRO, J. Y.; LEITÃO-FILHO, H. de F.; BEGOSSI, A. Diversity of plant uses in two *Caiçara* communities from the Atlantic Forest coast, Brazil. **Biodiversity and Conservation**, vol. 9, p. 597-615, 2000.

HART, P. Narrativa, conhecimento e metodologias emergentes na pesquisa em educação ambiental: questões de qualidade. *In.* GALIAZZI, M. do C.; FREITAS, J. V. de (eds.) **Metodologias emergentes de pesquisa em Educação Ambiental**. Ijuí: Unijuí. 2005.

IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**, 1992. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2006.

IBGE. **Taxa de Crescimento Anual dos Municípios - período 1999 – 2000**. s.d Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 mai. 2006.

KOEHLER, P. H. W.; ALVES, M. V. G.; KOEHLER, H. S. O uso de geoprocessamento na avaliação da expansão urbana sobre a Floresta Atlântica no litoral do Paraná. *In*. VI SIMPÓSIO E CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ÁREAS DEGRADADAS, **Anais...** Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.sobrade.com.br/simposio/index.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2006.

KOTLER, L. **Diagnóstico e propostas de manejo para o Parque Natural Municipal da Restinga – Pontal do Paraná**. Pontal do Paraná, 2004, 114 f. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

LANGOWISKI, V. B. R. Contribuição para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá. **Cadernos de Artes e Tradições Populares**. Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, Ano 1, n. 1, 1973. p. 77-101.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin**. São Paulo: EDUSP, 1995. 376p.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. *In*. _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 5ª ed., 1996. p. 193-213, Cap. 9.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. *In*. _____. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papyrus Editora, 1989, p. 19-55.

LIMA, R. X. Conhecimento etnobotânico. *In*. MARQUES, M. C. M.; BRITZ, R. M. (Orgs.). **História natural e conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Ed. UFPR, 2005. p. 249-266.

LIMA, R. X. **Estudos etnobotânicos em comunidades continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba – Paraná – Brasil**. Curitiba, 1996, 123 f. Dissertação (Pós-Graduação em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

LORENZI, H. **Árvores exóticas no Brasil: madeiras, ornamentais e aromáticas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2004.

LORENZI, H. **Plantas medicinais do Brasil: nativas e exóticas**. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2003.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002.

LORENZI, H. **Plantas ornamentais do Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2001.

LORENZI, H. **Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais**. Nova Odessa: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2000.

LOUREIRO FERNANDES, J. Contribuição à geografia da Praia de Leste. In. LOUREIRO FERNANDES, J. **Arquivos do Museu Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, vol. VI, artigo I, 1947. p. 3-36.

MANTOVANI, W. A região litorânea paulista. In. WORKSHOP SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DA SERRA DO MAR E FORMAÇÕES FLORESTAIS LITORÂNEAS, **Anais...** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2000. p. 25-31.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara: terra e população: estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas, CEDHAL, 1986. 220 p.

MARRONI, E. V.; ASMUS, M. L. **Gerenciamento costeiro: uma proposta para o fortalecimento comunitário na gestão ambiental**. Pelotas: USEB, 2005. 148p.

MEDEIROS, M. F. T.; FONSECA, V. S. da; ANDREATA, R. H. P. Plantas medicinais e seus usos pelos sítiantes da reserva Rio das Pedras, Mangaratiba, RJ, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, vol. 18, n. 2, p. 391-399, 2004.

MORAES, A. C. R. **Os impactos da política urbana sobre a zona costeira**. MMA. Brasília. 1995. 33 p.

MUSSOLINI, G. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 219-242.

PAGLIA, A.; OLIVEIRA, H.; PINTO, L. P.; FONSECA, M.; CAVALCANTI, R. (Orgs.) Subprojeto: Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos. In. **Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. p. 215-266.

PARANAGUÁ. **Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá, matrícula n. 6624**. 1951.

PERONTI, A.L.B.G.; COUTO, E. da C.G.; ALMEIDA, M.V.O. Utilização das plantas da restinga pela população do Maciel – Paranaguá, PR. In. CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, Cuiabá, 22-28/01/1989. **Resumos...** v.2. Cuiabá (MT): Sociedade Nacional de Botânica, 1989b. p. 412.

POLINARI, M. “Pescadores artesanais”, “caiçaras” e outros conceitos utilizados inadequadamente. In. LIMA, R. E.; NEGRELLE, R. R. B. **Meio ambiente e desenvolvimento no litoral do Paraná: diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR; Brasília: CNPq, 1998. p.117-136.

PONTAL DO PARANÁ. **Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. Plano de Intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná.** Pontal do Paraná: Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, 2004a. 65 p. (Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). (Anteprojeto) Convênio com Governo Federal não assinado.

PONTAL DO PARANÁ. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – Diagnóstico,** 2004b. 218p.

POSEY, D. Introdução. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, B. G. (Coord.). **Suma etnológica brasileira.** v. 1, Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FINEP, 1987, 2.ed. p. 15-25.

RABINOW, P. **Reflections in fieldwork in Marocco.** Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 1977.

RAVEN, P. H. **Biologia vegetal.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 906p.

RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P.C. O desenvolvimento sustentável regional: O que proteger? Quem desenvolver? In. RAYNAUT, C.; ZANONI, M.; LANA, P. C.; FLORIANI, D.; FERREITA, A. D. D.; ANDRIGUETTO FILHO, J. M. (eds.). **Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbana e rurais.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Cap. 5, p. 235-248.

ROTHEN, L. de P. **A vida na Barra: Etnografia de uma comunidade de pescadores do litoral norte do Paraná.** Curitiba, 2003, 105f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

SCHIOCCHET, L. A. **O que o homem proíbe na terra, Deus traz pelo mar: conhecimento, conflito e mito na vila da Barra do Superagüi.** Brasília, 184f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

SETTI, K. **Ubatuba nos cantos das praias: estudo do caiçara paulista e de sua produção musical.** São Paulo: Ática, 1985. 293 p.

SILVA, L. G. S. da. **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil.** São Paulo: CEMAR/USP, 1993. 143p.

SOARES, C.R.; ANGULO, R.J.; LESSA, G.C. Roteiro de excursão ao litoral do estado do Paraná. Morfodinâmica da ambientes atuais, evolução da planície durante o quaternário e problemas de erosão costeira. In. CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO E REUNIÃO SOBRE O QUATERNÁRIO DA AMÉRICA DO SUL, **Anais...** Curitiba: UFPR, 1997. p. 1-127.

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Comunidades pesqueiras da APA de Guaraqueçaba: uma caracterização sociocultural.** Projeto co-gestão de manejo ambiental e desenvolvimento

comunitário na APA de Guaraqueçaba, Paraná – Relatório de Pesquisa. IBAMA/PNMA/SPVS, 1995, 57p.

UNESCO. **Guidelines for vulnerability mapping of coastal zones in the Indian Ocean**. Internacional Oceanographic Commission (IOC) Manuals and Guides nº 38, 2000. 30 p.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997. 500 p.

VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memoria historica, chronologica, topographica e descriptiva da cidade de Paranagua e seu município**. Curitiba: Museu Paranaense, 1850. 2v.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, 2002. p. 113-148.

VIVEIROS DE CASTRO, E. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. **Mana**, v. 2, n. 2, 1996. p. 115-144.

ANEXO 1
BARRANCOS - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Qual seu nome? Nome de seus pais e avós?
- É nativo?
- Sua família mora em Barranco há quanto tempo?
- O que você acha de morar aqui em Barranco?
- Onde trabalha? Qual a principal fonte de renda?
- Você tem filhos? Eles moram aqui? Já trabalham? No quê?

- Você tem chácara?
- O que tem plantado lá?
- Todos podem pegar frutas/remédios/flores lá?
- O que é uma planta para você?
- O que você acha do mato?
- Você usa muitas plantas? Com qual frequência? Para quê?
- Você usa muitas qualidades de mato? Com qual frequência?
- Liste as qualidades de plantas/"matos" que usa.
- Com quem aprendeu a usar as plantas, quem ensinou receitas?
- Quais plantas/"matos" você usa mais?
- Quais plantas/"matos" são mais importantes para você?
- Seus filhos ou netos se interessam pelas plantas?

- Como era a vida aqui antes da estrada?
- Como se tratavam das doenças?
- Como conseguiam comida?
- Você tinha quantos anos quando construíram a estrada?
- O que mudou na sua vida depois da estrada?
- Você já foi a uma benzedeira?
- Seus pais pescavam?
- Como era a vida aqui antes do barco a motor?
- O que mudou na sua vida depois do barco a motor?
- Você já viu muitas brigas por causa de terra?

ANEXO 2

MACIEL – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Qual seu nome? Nome de seus pais e avós? Quantos anos tem?
- É nativo? Sua família mora no Maciel há quanto tempo?
- O que você acha de morar aqui no Maciel?
- Você gostaria de morar em Paranaguá, Curitiba ou Ipanema?
- Onde trabalha? Qual a principal fonte de renda?
- Você tem filhos? Eles moram aqui? Já trabalham? No quê?

- Você tem plantação?
- Onde é? O que tem plantado lá?
- O que é uma planta para você?
- O que você acha do mato?
- Você usa muitas plantas? Com qual frequência? Para quê?
- Você usa muitas qualidades de mato? Com qual frequência?
- Liste as qualidades de plantas/"matos" que usa.
- Com quem aprendeu a usar as plantas, quem ensinou receitas?
- Quais plantas/"matos" você usa mais?
- Quais plantas/"matos" são mais importantes para você?
- Seus filhos ou netos se interessam pelas plantas?

- Como era a vida aqui antes do barco a motor?
- Você tinha quantos anos quando chegou o barco a motor?
- O que mudou na sua vida depois do barco a motor?
- Você já foi a uma benzedeira? Ainda vai? Se não, porquê?
- Seus pais pescavam?
- Você estava aqui quando a aeronáutica chegou?
- Você gostaria que fizessem uma estrada pra chegar aqui?
- Você gostaria que o turismo pra cá aumentasse?
- Você gostaria que fosse construído o aeroporto?